

## RELATÓRIO INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

A Compesa tem uma história de mais de cinco décadas, oferecendo serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para mais de 7,8 milhões de pessoas e 2,2 milhões com esgotamento sanitário, atuando em 172 municípios pernambucanos e no arquipélago de Fernando de Noronha, com operação de 19 unidades regionais de negócio, além de mais de 160 pontos de atendimento distribuídos por todo o Estado.

Para atender às exigências do novo marco do saneamento e avançar na universalização e na melhoria e eficiência operacional dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a Compesa realizou em 2022, a revisão do planejamento estratégico para o período de 2023 a 2027, com o apoio da Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional de Pernambuco. O trabalho tratou de temas como a garantia do equilíbrio econômico-financeiro, atendimento às expectativas da sociedade e dos stakeholders e aspectos como responsabilidade hídrica e socioambiental.

Com o ateste de viabilidade econômica emitido pela ARPE, a Compesa revisou seus contratos de prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios, garantindo mais saúde, cidadania e qualidade de vida para os pernambucanos e assumindo o compromisso público de atender, até 2033, 99% da população pernambucana com abastecimento de água e 90% com serviços de esgotamento sanitário. Ainda relacionado às metas do marco regulatório, a Compesa tem o desafio de reduzir as perdas de água e períodos de intermitência. Atualmente, as perdas representam cerca de 50% da distribuição de água, devendo atingir o patamar máximo de 25% de perdas na distribuição.

Baseado no atendimento ao marco regulatório, o Plano Tático de Investimentos contemplou recursos para execução de ações, projetos e atendimento às políticas públicas de saneamento, com recursos provenientes da União, Governo

do Estado, Emendas Parlamentares, Parceiros Privados e Recursos Próprios, demonstrando sua capacidade de execução e controle. No ano de 2022, foram investidos R\$ 1,02 bilhão em ações de implantação, expansão e melhoria da infraestrutura dos sistemas de água e de esgoto, além de ações de fortalecimento institucional, evidenciando um crescimento de 15% em comparação ao ano anterior.

Para melhoria do abastecimento, foram realizadas diversas ações para ampliação e melhoria do abastecimento de água no Estado, destacando-se a implantação de adutoras e sistemas de abastecimento de água (Adutoras do Agreste, Serro Azul, Alto Capibaribe e Moxotó para Custódia, bem como o SAA das Comunidades Rurais), além da ampliação do Sistema Adutor de Amaraji para Gravatá, ampliação da capacidade de tratamento com expansão e adequação do SAA de Serra Talhada e captação e adução para o SAA Serrita através do Reservatório Negreiros. Na Região Metropolitana ocorreram investimentos significativos para os sistemas de abastecimento de água como a ampliação dos Sistemas Adutor de Arataca II e do Produtor de Ipojuca, Implantação dos Grandes Anéis do Recife, Ampliação dos SAA Jaboatão Centro e dos Curados e Manassu, SAA Morros do Ibura, SAA Cabo de Santo Agostinho e o Programa Aquífero para perfuração e reativação de poços.

Em relação ao esgotamento sanitário, foram concluídas importantes obras como SES Goiana 1, ETE Minerva, Ampliação da ETE Cabanga e SES Caribeiras em Tacaratu. Ao mesmo tempo, outras obras encontram-se em andamento: SES Paulista, SES Araújoiba, SES Cabo de Santo Agostinho, SES Prazeres e SES Escada. Contemplado no valor das ações de esgotamento sanitário em 2022, encontra-se o montante de R\$ 338 milhões destinado à realização do Programa Cidade Saneada.

O Programa Rodízio Zero foi idealizado a partir do desafio enfrentado pela

Compesa no tocante ao abastecimento de água no Estado e, além de monitorar o abastecimento em tempo real, propõe ampliar o abastecimento de água, eliminando o sistema de rodízio de abastecimento de água até 2033. Com o avanço das exigências do marco regulatório do saneamento, o programa foi estruturado a partir dos investimentos necessários para os próximos 12 anos, priorizando o abastecimento de água e a eliminação da intermitência de abastecimento, além do cumprimento das demais metas do novo marco regulatório.

Em relação às iniciativas comerciais propostas em 2022, vale salientar o resultado alcançado com a arrecadação, apresentando evolução de 10,2% em relação ao ano anterior, uma das maiores taxas de crescimento na história da Companhia, resultado corroborado pelo foco nas ferramentas de cobranças e novas estratégias de negociação e quitação de débitos.

Conforme estabelecido no marco regulatório, a concessão do serviço exige planejamento, investimentos robustos e abrangentes, além de estratégias que ampliem o atendimento da população pernambucana e mantenham o equilíbrio ambiental, a preocupação social, o atendimento aos padrões de quantidade e qualidade da água distribuída, buscando eliminar intermitências e ampliar o fornecimento de água tratada e o atendimento da coleta e tratamento de esgoto para todos os municípios abastecidos com água.

Dessa forma, o Relatório Integrado de Administração e Sustentabilidade demonstra de forma clara como a Compesa contribuiu para melhorar a saúde pública, a qualidade de vida e a cidadania da população de Pernambuco, seguindo as diretrizes da Lei Federal nº 13.303/2016.

O documento na íntegra está disponível para consulta no site da Compesa: <https://servicos.compesa.com.br/governanca>.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores da

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Recife - PE

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do Valor Adicionado - DVA

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua

forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais

riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 29 de março de 2023.



**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
CRC 2 PE 001269/F-8

**Jairo da Rocha Soares**  
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - PE

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	125.595	211.353
Contas a receber de clientes	6	808.211	687.299
Estoques	7	19.997	26.683
Ativo fiscal corrente	8	40.515	60.179
Convênios e outros investimentos	9	30.503	22.865
Outros créditos a receber	10	8.336	4.198
Despesas antecipadas		98	110
Total do ativo circulante		1.033.255	1.012.687
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes	6	22.704	21.599
Ativo fiscal diferido	8	20.500	843
Convênios e outros investimentos	9	148.287	163.387
Depósitos judiciais	21	71.514	66.552
Ativo de contratos	11	348.168	244.112
		611.173	496.493
Imobilizado	12	61.158	45.168
Intangível	13	9.039.953	8.105.758
Total do ativo não circulante		9.712.284	8.647.419
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>10.745.539</b>	<b>9.660.106</b>

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>			
Arrendamento mercantil	15	15.120	6.786
Empréstimos e financiamentos	16.a	115.411	64.177
Fornecedores	17	197.188	161.820
Debêntures		-	18.035
Depósitos e retenções contratuais		635	489
Passivo fiscal - corrente	18	28.538	30.966
Passivo fiscal - diferido	18	7.649	7.649
Consignações a recolher		6.597	6.016
Salários e encargos sociais a pagar	19	46.486	42.791
Juros sobre capital próprio a pagar	24.d	15.705	50.494
Outras contas a pagar	20	38.102	28.010
Total do passivo circulante		471.431	417.233
<b>Não circulante</b>			
Arrendamento mercantil	15	1.869	1.333
Empréstimos e financiamentos	16.a	512.818	336.373
Provisões e passivos contingentes	21	68.803	65.463
Passivo fiscal - corrente	18	298	442
Passivo fiscal - diferido	18	56.081	46.411
Outras contas a pagar	20	1.581.340	1.315.896
Juros sobre capital próprio - Estado de Pernambuco	24.d	145.004	94.813
Benefício a empregados	22	269.362	236.906
Total do passivo não circulante		2.635.575	2.097.637
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>3.107.006</b>	<b>2.514.870</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	24.a	6.982.772	6.494.713
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.b	445.930	328.396
Ajustes de avaliação patrimonial		(16.840)	(10.026)
Reservas de lucros		226.671	332.153
Total do patrimônio líquido		7.638.533	7.145.236
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>10.745.539</b>	<b>9.660.106</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
(Em milhares de Reais)

	Nota	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
<b>Receita Líquida</b>	25	3.059.820	2.539.206
Custo dos serviços prestados	26	(2.424.899)	(1.817.434)
Lucro bruto		634.921	721.772
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Comerciais	27.a	(191.234)	(185.837)
Administrativas	27.b	(287.882)	(214.050)
Tributárias	27.c	(14.312)	(13.828)
Outras receitas (despesas), líquidas		6.009	20.768
		(487.419)	(392.947)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>		<b>147.502</b>	<b>328.825</b>
Receitas financeiras	28	67.924	45.950
Despesas financeiras	28	(127.053)	(99.414)
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>	<b>28</b>	<b>(59.129)</b>	<b>(53.464)</b>
Resultado antes dos impostos		88.373	275.361
Contribuição social sobre o lucro líquido - corrente		(9.047)	(18.122)
Contribuição social sobre o lucro líquido - diferido		(9.670)	(10.322)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>69.656</b>	<b>246.917</b>
<b>Resultado por ação</b>			
Resultado por ação - básico e diluído (em unidades de R\$)		0,37	0,90

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
(Em milhares de Reais)

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>69.656</b>	<b>246.917</b>
<b>Resultados abrangentes</b>		
Ganhos atuariais líquidos - Plano de pensão e saúde	(5.734)	(28.198)
Variação líquida do valor justo de investimentos	(6.814)	17
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>57.108</b>	<b>218.736</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
(Em milhares de Reais)

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
<b>Receitas</b>		
Água, esgoto e serviços	2.181.239	1.995.161
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(107.146)	(111.514)
Cancelamento	(17.192)	(16.413)
Outros	(31.008)	4.080
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais consumidos	(144.252)	(108.160)
Energia	(340.197)	(276.363)
Serviços de terceiros	(698.878)	(372.016)
Outros	(62.030)	(25.900)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>780.536</b>	<b>1.088.875</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciação e amortização	(93.486)	(79.144)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>687.050</b>	<b>1.009.731</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	67.924	45.950
Aluguéis	980	1.032
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>755.954</b>	<b>1.056.713</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	241.988	209.822
Benefícios	119.501	101.214
FGTS	18.188	15.592
<b>Tributos</b>	<b>178.662</b>	<b>382.961</b>
Federais	165.858	372.346
Estaduais	11.978	10.426
Municipais	826	189
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>127.959</b>	<b>100.207</b>
Juros	127.053	99.414
Aluguéis	906	793
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>69.656</b>	<b>246.917</b>
Juros Sobre o Capital Próprio - JCP	15.475	50.217
Resultados retidos	54.181	196.700
<b>Total distribuído</b>	<b>755.954</b>	<b>1.056.713</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas			Lucros/Prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para dividendos adicionais		
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>5.704.894</b>	<b>724.691</b>	<b>(4.193)</b>	<b>45.151</b>	<b>90.302</b>	<b>65.128</b>	-	<b>6.625.973</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	724.691	(396.295)	-	-	-	-	-	328.396
Integralização de capital	65.128	-	-	-	-	(65.128)	-	-
Valor justo de instrumento financeiro/patrimonial	-	-	17	-	-	-	-	17
Ajuste benefício a empregados	-	-	(5.850)	-	-	-	-	(5.850)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	246.917	246.917
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(50.217)	(50.217)
Constituição de reservas	-	-	-	12.345	24.692	159.663	(196.700)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.494.713</b>	<b>328.396</b>	<b>(10.026)</b>	<b>57.496</b>	<b>114.994</b>	<b>159.663</b>	-	<b>7.145.236</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>6.494.713</b>	<b>328.396</b>	<b>(10.026)</b>	<b>57.496</b>	<b>114.994</b>	<b>159.663</b>	-	<b>7.145.236</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	328.396	117.534	-	-	-	-	-	445.930
Integralização de capital	159.663	-	-	-	-	(159.663)	-	-
Valor justo de instrumento financeiro/patrimonial	-	-	(6.814)	-	-	-	-	(6.814)
Ajuste benefício a empregados	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	69.656	69.656
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(15.475)	(15.475)
Constituição de Reservas	-	-	-	3.483	6.965	43.733	(54.181)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.982.772</b>	<b>445.930</b>	<b>(16.840)</b>	<b>60.979</b>	<b>121.959</b>	<b>43.733</b>	-	<b>7.638.533</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
(Em milhares de Reais)

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>69.656</b>	<b>246.917</b>
Ajustes por:		
Depreciação	20.298	15.092
Amortização	73.188	64.052
Variação despesas financeiras	58.121	13.183
Perdas por crédito não liquidado	107.146	111.514
Ajuste a valor presente	1.707	371
Ajuste imobilizado e intangível	(48)	-
Receitas e despesas de aplicações	13.136	-
Constituição (Reversão) das provisões para contingências	2.607	23.018
Ganhos e perdas atuariais	23.664	17.779
Ajuste de estoque	(1.897)	179
Recuperação de CBOS - Investimento (PPP)	(130.837)	(96.539)
Tributos Diferidos	9.526	10.274
	246.267	405.840
<b>Variações patrimoniais</b>		
(Aumentos) reduções nos ativos e aumentos (reduções) nos passivos		
Contas a receber de clientes	(230.869)	(198.625)
Estoques	8.582	(9.599)
Tributos a recuperar e diferidos	7	24.196
Convênios e outros investimentos	7.110	(25.300)
Outros créditos a receber	(4.138)	(364)
Despesa antecipada	12	150
Depósitos judiciais	(4.962)	(1.565)
Fornecedores	35.368	28.689
Depósitos e retenções contratuais	146	64
Tributos a recolher	(2.428)	(3.614)
Consignações a recolher	581	(1.200)
Salários e encargos sociais a pagar	(11.052)	(20.330)
Outras contas a pagar	9.743	6.758
Provisões para contingências	733	(46.137)
Benefícios a empregados	-	558
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>55.100</b>	<b>159.521</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Outros Investimentos - aplicações financeiras	3.942	17.789
Ativo Imobilizado	(36.207)	(9.799)
Ativos Intangível	(715.802)	(536.436)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(748.067)</b>	<b>(528.446)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Ingresso de empréstimos e financiamentos	311.980	233.771
Amortização de empréstimos e financiamentos	(63.416)	(61.967)
Amortização de debêntures	(18.035)	(38.145)
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamento	(69.177)	(26.145)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(73)	(30.045)
Ingressos de adiantamentos para aumento de capital	445.930	328.396
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>607.209</b>	<b>405.865</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(85.758)</b>	<b>36.940</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	211.353	174.413
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	125.595	211.353
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(85.758)</b>	<b>36.940</b>

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA (“Companhia” ou “Compesa”), sediada Av. Cruz Cabugá, 1387 - Santo Amaro, Recife - PE, é uma sociedade de economia mista de capital fechado controlada pelo Governo do Estado de Pernambuco. Instituída pela Lei Estadual nº 6.307, de 29 de julho de 1971, tem por objetivo social, mediante delegação do Estado de Pernambuco e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, sendo tais serviços regulados pela Agência Reguladora de Pernambuco - ARPE.

A Companhia colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos. Além disso, promove a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas às novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

### Novo Marco Legal do Saneamento

Em 31 de maio de 2021, foi publicado o Decreto nº 10.710/2021 que estabelece a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, a fim de viabilizar o alcance das metas de universalização preestabelecidas. A comprovação realizou-se em duas etapas: na primeira fase a Compesa demonstrou o cumprimento de referenciais mínimos de indicadores econômico-financeiros; na segunda, foi avaliada pelos órgãos reguladores a adequação dos estudos de viabilidade e do plano de captação de recursos. Em 29 de março de 2022, por meio da Resolução nº 210, a capacidade econômico-financeira da Compesa para a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário até o ano de 2033 foi aprovada pela ARPE.

Em 27 de dezembro de 2021, cumprindo antecipadamente o prazo previsto para entrega dos estudos finais de aderência ao Marco Regulatório do Saneamento, a Compesa entregou à Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Pernambuco (ARPE), a documentação exigida no Decreto nº 10.710/21, de 31 de maio de 2021, para o cumprimento das metas de universalização dos serviços de água e esgotamento sanitário até o ano de 2033. A documentação apresentada atesta a capacidade econômica da Companhia e propõe o investimento de mais de até R\$ 20 bilhões para elaboração de projetos e execução de obras visando ao cumprimento das metas.

### Contexto Operacional

Atualmente, a Compesa explora, por meio de concessões municipais, a prestação do serviço de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em 173 dos 185 municípios do Estado de Pernambuco, incluído nesses o distrito de Fernando de Noronha. O prazo de validade definido para os contratos em vigor é até 31 de dezembro de 2050.

Do total de 173 concessões municipais operadas, apenas 13 estão sendo executadas sem contratos (Barreiros, Caruaru, Chã de Alegria, Fernando de Noronha, Jatobá, Lagoa do Carro, Nazaré da Mata, Pedra, Ribeirão, Santa Cruz, Santa Cruz da Baixa Verde, São Vicente Ferrer, Tamandaré). Essas concessões não foram renovadas por força do art. 10 da Lei nº 11.445/2007, com a redação dada pela Lei nº 14.026/2020. Nesse sentido, a Companhia contratou uma consultoria responsável por analisar a viabilidade jurídica e propor soluções para regularização destas concessões. Enquanto isso, a Compesa mantém a prestação de serviços de saneamento básico nestes municípios objetivando a continuidade do abastecimento de água e da coleta e tratamento de esgotos para esta população.

O quadro a seguir evidencia a situação das concessões atualmente operadas pela Compesa e o faturamento do período a elas vinculado:

	Quantidade de Contratos	Faturamento 31/12/2022(*)	%
<b>Microrregião Sertão</b>	<b>24</b>	<b>217.964</b>	<b>10,07%</b>
Até 31/12/2050	23	216.774	10,02%
Operando sem contrato	1	1.190	0,05%
<b>Microrregião RMR-Pajeú</b>	<b>150</b>	<b>1.946.083</b>	<b>89,93%</b>
RMR - Até 31/12/2050	14	1.215.064	56,15%
Outros - Até 31/12/2050	123	558.291	25,80%
Operando sem contrato	12	172.728	7,98%
<b>TOTAL</b>	<b>173</b>	<b>2.164.047</b>	<b>100%</b>

(\*) Refere-se ao faturamento, deduzidos os cancelamentos e as receitas de construção (nota 25).

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 29 de março de 2023.

### 2.2 Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações, inclusive, no período, avaliou os impactos da COVID-19, conforme Nota Explicativa 31. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

### 2.3 Base de Mensuração e Apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado nas respectivas notas explicativas.

### 2.4 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Conforme orientações emanadas pelo Comitê Internacional de Políticas Contábeis (IASB), as principais práticas contábeis e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as práticas descritas na Nota Explicativa 3 das Demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### 3.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

### a) Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

### b) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado

Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado.

### c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020

Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo;

### d) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15

Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS.

### 3.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2022

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

**a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23** – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;

**b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32** – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;

**c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50** – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;

**d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06** – trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

**e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26:**

a. Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o “acordo” inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024.

b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo “políticas contábeis significativas” por “informações materiais sobre políticas contábeis”. As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

## 4. GESTÃO DE RISCOS

### 4.1 Gestão do Risco Operacional

O negócio da Companhia refere-se basicamente à prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgoto sanitário. Para este é necessária a disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reuso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente. Já para o serviço de abastecimento de água é necessária a disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera.

Os contratos de prestação de serviços que a Compesa mantinha com os Municípios possuíam prazos e formatos diversos e foram submetidos a um processo de revisão e aditamento de seus termos em virtude das novas determinações impostas pela reforma do Marco Regulatório do Saneamento, a partir da edição da Lei Federal nº 14.026/2020 que estabelece, entre outras alterações, a formalização contratual de metas progressivas e graduais de redução de perdas, de redução de intermitência no abastecimento, de eficiência energética, de qualidade e de universalização dos serviços de água e de esgotamento sanitário que deverão atingir o patamar de 99% e 90%, respectivamente, até o ano de 2033.

Desta forma, com o fito de alinhar-se ao Novo Marco, a Compesa firmou novos termos de atualização dos Contratos de Prestação Regionalizada dos Serviços e em vista da proteção do ato jurídico perfeito, a equação econômico-financeira foi reequilibrada, considerando a prestação regionalizada a que cada Município aderiu, mediante extensão de prazo, de forma a que a avença original teve a sua vigência ampliada até 31 de dezembro de 2050.

A Companhia incorre em riscos operacionais referentes ao descumprimento de cláusulas contratuais ou impasses com as Prefeituras Municipais, como também não considerar os normativos regulatórios que estabelecem condições relacionadas aos segmentos comercial e técnico-operacional que passam por processos de fiscalização e podem resultar em autuação e aplicação de penalidades.

Os serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, em seu âmbito territorial, são de titularidade e competência dos municípios, no caso de interesse local e Estado em conjunto com os Municípios, no caso de interesse comum. Diante do verificado, o titular, cujo contrato de concessão dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário se encontrar extinto, ou, pela ausência deste se caracterizar como precário (Lei nº 8.987/1995 art. 42 e alterações posteriores), deverá formular a política pública de saneamento conforme legislação específica.

Os contratos relativos à prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão conter, expressamente, sob pena de nulidade, as cláusulas essenciais previstas no art. 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e metodologia de cálculo de eventual indenização relativa aos bens reversíveis não amortizados por ocasião da extinção do contrato. A indenização dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, nos termos da Lei nº 8.987/1995, facultado ao titular atribuir ao prestador que assumirá o serviço a responsabilidade por seu pagamento.

Como forma de mitigação dos riscos aqui relatados, a Companhia contratou uma consultoria especializada responsável por propor soluções e consequente regularização jurídica dos contratos que apresentam fragilidades quanto a sua operação.

### 4.2 Risco de Crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros depósitos em instituições financeiras, ou de clientes, nos casos de não cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de contas a receber de clientes, bem como da existência de ativos atuariais advindos dos planos de benefícios pós-emprego (COMPESAPREV, COMPESASAÚDE e PIA) não realizáveis.

Para atenuar o risco de operações com instituições financeiras, a Companhia segue a política de aplicar seus excedentes de caixa em aplicações financeiras de instituições conceituadas no mercado brasileiro, sempre buscando aplicações de baixo risco.

No que se refere ao risco de créditos com seus clientes, a exposição da Companhia é influenciada, em grande parte, pelas características individuais de cada cliente (privado e público), além da sua condição social. Como a Companhia possui uma carteira de clientes bastante pulverizada, atualmente seu risco de crédito está substancialmente representado por clientes com problemas de cadastro, que impossibilitam a Companhia de utilizar as ferramentas de inserção do devedor no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou na Serasa, como forma de promover a recuperação do valor (crédito). A Diretoria de Mercado e Atendimento (DMA), responsável pela gestão de risco de crédito, promove a atualização do seu cadastro de clientes, mantém contratos de prestação de serviço com a CDL (SPC) e a Serasa, e revisa periodicamente sua política de cobrança no intuito de promover a redução da inadimplência de clientes privados. Em 2022, a Companhia deu continuidade às medidas adotadas, visando mitigar os riscos de crédito.

O risco de não realização dos ativos atuariais com a COMPESAPREV decorre da existência de passivos financeiros da COMPESAPREV com a Compesa, bem como da inexistência na COMPESAPREV de reserva especial em favor da empresa patrocinadora, conforme previsto na Resolução CGPC 26/2008 emitida pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, para fazer em face deste ressarcimento. Com o objetivo de mitigar esse risco, anualmente são reavaliadas as taxas de contribuição dos participantes, bem como da patrocinadora do Plano (Compesa).

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito, que na data das demonstrações contábeis foi:

Ativos financeiros não derivativos	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalente de caixa	125.595	211.353
Contas a receber de clientes	830.915	708.898
Créditos de convênios e outros investimentos	178.790	186.252
Outros créditos a receber	8.336	4.198
<b>Total</b>	<b>1.143.636</b>	<b>1.110.701</b>

O vencimento dos recebíveis na data das demonstrações contábeis era:

Ativos financeiros não derivativos	31/12/2022	31/12/2021
Não vencidos	570.425	658.828
Vencidos de 0 a 30 dias	69.975	70.286
Vencidos de 31 a 60 dias	35.049	39.473
Vencidos de 61 a 90 dias	28.794	31.190
Mais de 90 dias	439.393	310.924
<b>Total</b>	<b>1.143.636</b>	<b>1.110.701</b>

### 4.3 Risco de Liquidez

Baseia-se nas dificuldades que a Companhia eventualmente poderá enfrentar para cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. Nesse sentido, o gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos e investimentos, reduzindo riscos de liquidez.

Além disso, a Companhia possui a prática de acompanhar o atendimento dos Covenants definidos nos contratos de empréstimos junto ao Banco do Brasil.

A seguir, estão as maturidades de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Passivos Financeiros não derivativos	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	628.229	400.549
Fornecedores	197.188	161.820
Outras contas a pagar e JCP (PNC)	1.764.446	1.438.719
Consignações a recolher	6.597	6.016
Debêntures	-	18.035
<b>Total</b>	<b>2.596.460</b>	<b>2.025.139</b>

\*PNC – Passivo Não Circulante

Na tabela a seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivados	Valor contábil	Fluxo de Caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses
Empréstimos e financiamentos bancários	628.229	628.229	48.102	67.308
Fornecedores	197.188	197.188	98.594	98.594
Outras contas a pagar e JCP (PNC)	1.764.446	1.764.446	331	36.052
Consignações a recolher	6.597	6.597	6.597	-
	<b>2.596.460</b>	<b>2.596.460</b>	<b>153.624</b>	<b>201.954</b>

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)**

Passivos financeiros não derivados	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos e financiamentos bancários	132.932	244.298	135.589
Fornecedores	-	-	-
Outras contas a pagar e JCP (PNC)	661	512	1.726.890
Consignações a recolher	-	-	-
	<b>133.593</b>	<b>244.810</b>	<b>1.862.479</b>

**4.4 Risco de Taxa de Juros**

Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos e as debêntures ou diminuam as receitas financeiras relativas as aplicações financeiras. A Companhia considera sua exposição de risco baixa, em decorrência das dívidas (empréstimos e financiamentos) serem indexadas à Taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI+ taxa fixa). As aplicações financeiras estão sendo remuneradas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era o seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>		
Ativos financeiros	1.143.636	1.110.701
Passivos financeiros	2.596.460	2.025.140
(a)	(1.452.824)	(914.439)
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
Ativos financeiros	111.554	202.937
Passivos financeiros	628.229	418.584
(b)	(516.675)	(215.648)
<b>(a-b)</b>	<b>(936.149)</b>	<b>(698.791)</b>

**4.4.1 Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa**

A Companhia considera que os ativos e passivos financeiros remunerados à taxa fixa refletem o valor de mercado, uma vez que o valor justo reflete o valor faturado ao cliente (contas a receber de clientes) ou devido a terceiros (outras contas a receber e Créditos - Convênios).

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>				
Ativos financeiros	1.143.636	1.143.636	1.110.701	1.110.701
Passivos financeiros	2.596.460	2.596.460	2.025.140	2.025.140
(a)	(1.452.824)	(1.452.824)	(914.439)	(914.439)
<b>Instrumentos de taxa variável</b>				
Ativos financeiros	111.554	111.554	202.937	202.937
Passivos financeiros	628.229	628.229	418.584	418.584
(b)	(516.675)	(516.675)	(215.648)	(215.648)
<b>(a-b)</b>	<b>(936.149)</b>	<b>(936.149)</b>	<b>(698.791)</b>	<b>(698.791)</b>

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

**Política Contábil:**

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, calculadas pró rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.

**Composição dos valores:**

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos bancários vinculados	14.544	11.684
Aplicações financeiras	111.051	199.669
	<b>125.595</b>	<b>211.353</b>

Tipo de Aplicação Financeira	31/12/2022	31/12/2021
Fundos de Investimento	95.048	147.494
CDB	16.003	52.175
	<b>111.051</b>	<b>199.669</b>

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimentos em Renda Fixa. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de Aplicações Financeiras representa as transações de curto prazo, oriundas de empréstimos captados para investimento, capital de giro e aportes recebidos pelo Governo do Estado de Pernambuco, para obras em andamento ou ainda não iniciadas pela Companhia.

Algumas relações podem ser estabelecidas a partir do conhecimento dos valores do Caixa e Equivalentes de Caixa. A primeira delas associa o montante destes com o passivo da Companhia, possibilitando assim o conhecimento sobre o total da dívida líquida. Nesse sentido, informa-se que:

	31/12/2022	31/12/2021
Total do passivo	3.107.006	2.514.870
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(125.595)	(211.353)
Dívida Líquida (A)	2.981.411	2.303.517
Total do Patrimônio Líquido (B)	7.638.533	7.145.236
<b>Relação Dívida Líquida sobre PL (A/B)</b>	<b>0,28</b>	<b>0,32</b>

A dívida líquida da companhia (A), em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 2.981.411 (R\$ 2.303.517 em 31/12/2021). Por outro lado, o montante do Patrimônio Líquido (B) da Compesa corresponde a R\$ 7.638.533 (R\$ 7.145.236 em 31/12/2021). Confrontando-se o total do PL da Companhia com sua dívida líquida obtém-se um índice de 0,28 (0,32 em 31/12/2021).

Outra informação que se pode obter provém da relação do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa da Companhia com o Total dos Passivos Circulantes, conforme observado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Equivalentes de Caixa (A)	125.595	211.353
Total do Passivo Circulante (B)	471.431	417.233
<b>Indicador de Liquidez Imediata (A/B)</b>	<b>0,27</b>	<b>0,51</b>

O valor correspondente ao Caixa e Equivalente de Caixa (A) confrontado com o Passivo Circulante da Companhia (B), fornece o indicador de Liquidez Imediata, que em 31/12/22 foi de 0,27 (0,51 em 2021). Esse índice significa que, contando-se apenas com o valor das disponibilidades, sem considerar mais nenhum outro recurso econômico, a Companhia consegue liquidar cerca de 27% (51% em 2021) de suas obrigações de curto prazo.

**6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

**Política Contábil:**

**Clientes:** O valor contabilizado neste grupo inclui as receitas de serviços decorrentes da distribuição de água e tratamento de esgoto sanitário medidos e faturados, ainda não recebidos, e aquelas que ainda não foram faturadas, mas foram contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.

**Provisão para Perdas na Realização de Créditos:** Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, considerando a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo.

De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, a provisão (incorrida e esperada) é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias.

A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do Poder Público Estadual, devido o mesmo ser parte relacionada controladora e possui histórico de regularização de débitos.

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa que foram contabilizadas são baixadas quando atingido o prazo prescricional (10 anos), quando não judicializadas.

**Composição dos valores do Contas a Receber em 31/12/2022;**

	31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total
Particulares	1.579.819	-	1.579.819
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(875.220)	-	(875.220)
Órgãos públicos	76.420	-	76.420
Outros Créditos (a)	(3.941)	-	(3.941)
	<b>777.078</b>	<b>-</b>	<b>777.078</b>
Parcelamentos (b)	27.343	15.787	43.130
Financiamentos (c)	3.790	6.917	10.707
	<b>31.133</b>	<b>22.704</b>	<b>53.837</b>
	<b>808.211</b>	<b>22.704</b>	<b>830.915</b>

	31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total
Particulares	1.453.285	-	1.453.285
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(838.835)	-	(838.835)
Órgãos públicos	73.730	-	73.730
Outros Créditos (a)	(30.121)	-	(30.121)
	<b>658.059</b>	<b>-</b>	<b>658.059</b>
Parcelamentos (b)	26.147	14.172	40.319
Financiamentos (c)	3.093	7.427	10.520
	<b>29.240</b>	<b>21.599</b>	<b>50.839</b>
	<b>687.299</b>	<b>21.599</b>	<b>708.898</b>

**A vencer:**

	31/12/2022	31/12/2021
Faturas de água e esgoto	203.866	206.187
Parcelamentos (b)	43.131	40.319
Financiamentos (c)	10.707	10.520
	<b>257.704</b>	<b>257.026</b>
<b>Vencidas:</b>		
Até 30 dias	69.975	70.286
De 31 a 60 dias	35.049	39.473
De 61 a 90 dias	28.794	31.190
De 91 a 180 dias	76.240	72.216
Mais de 180 dias	363.153	238.707
	<b>573.211</b>	<b>451.872</b>
<b>Total do circulante e não circulante</b>	<b>830.915</b>	<b>708.898</b>

a) Outros Créditos: refere-se a créditos a realizar, recebimentos não identificados, arrecadação a discriminar e clientes a faturar;

b) Parcelamentos decorrentes de acordos realizados pela área comercial da Companhia sobre o saldo devedor de faturas de contas a receber de clientes em atraso;

c) Financiamentos decorrentes de ressarcimento dos custos incorridos pela Companhia na construção de ramais para possibilitar a conexão de clientes (empresa ou condomínio) à rede de abastecimento de água e/ou de esgoto, os quais são responsabilidade destes.

**Composição das restrições contratuais:**

Parte dos valores do Contas a Receber foi dado em garantia de empréstimos e direitos creditórios, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Banco do Nordeste do Brasil	-	1.715
Banco do Brasil I (BB 40)	2.100	2.100
Banco do Brasil II (BB 18)	950	950
Banco do Brasil III (BB 50)	2.300	2.300
Banco do Brasil IV (BB 100)	5.208	5.208
Banco do Brasil V (BB 100)	5.208	5.208
Banco do Brasil VI (BB 250)	13.021	-
Debêntures III	0	4.602
FIDC	0	10.421
IN-14	52.370	38.672
IN-22	663	591
	<b>81.820</b>	<b>71.767</b>

**7. ESTOQUES**

**Política Contábil:**

Os estoques são formados principalmente por materiais de operação e manutenção das redes de água e esgoto, bem como de materiais de tratamento químico utilizados na prestação de serviço de coleta e distribuição de água e tratamento do esgoto sanitário, os quais são registrados no Ativo Circulante por seus custos médios de aquisição.

O custo dos estoques pode não ser recuperável se estes estiverem danificados, se tornarem total ou parcialmente obsoletos ou se os seus preços de venda tiverem diminuído. A prática de reduzir o valor de custo dos estoques para o valor realizável líquido é consistente com o ponto de vista de que os ativos não devem ser escriturados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas com a sua venda ou uso. A Companhia verifica a cada período de encerramento das Demonstrações Contábeis se existe a necessidade do reconhecimento de perdas pela não realização dos estoques.

**Composição dos valores:**

	31/12/2022	31/12/2021
Material de operação e manutenção	6.394	10.164
Material de tratamento químico	13.168	16.296
Outros materiais	435	223
	<b>19.997</b>	<b>26.683</b>

Os estoques representam uma das contas menos líquidas do Ativo Circulante. Nesse sentido, informa-se que:

	31/12/2022	31/12/2021
Total do Ativo Circulante (A)	1.033.255	1.012.687
Menos: Total dos Estoques (B)	(19.997)	(26.683)
Ativo Circulante Ajustado C = (A-B)	1.013.258	986.004
<b>Total do Passivo Circulante (D)</b>	<b>471.431</b>	<b>417.233</b>
<b>Indicador de Liquidez Seca (C/D)</b>	<b>2,15</b>	<b>2,36</b>

O Ativo Circulante Ajustado da Companhia (C) corresponde ao total do Ativo Circulante (A) deduzido dos seus Estoques (B). Em 31/12/2022 esse valor corresponde a R\$ 1.013.258 (R\$ 986.004 em 31/12/2021). Esse montante, confrontado com o Passivo Circulante da Companhia, fornece o indicador de Liquidez Seca, que foi de 2,15 em 31/12/2022 (2,36 em 31/12/2021), significando que o valor dos recursos econômicos da Companhia no curto prazo, descontando-se os estoques, correspondem a mais que o dobro de suas dívidas no mesmo período.

**8. ATIVO FISCAL CORRENTE E DIFERIDO**

**Política Contábil:**

Os Ativos Fiscais Correntes correspondem ao valor do tributo recuperável sobre o lucro tributável (prejuízo fiscal) do período, demonstrados ao custo histórico.

Correspondem aos valores dos tributos a recuperar em exercícios futuros sobre lucros com relação a: diferenças temporárias dedutíveis; e compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados, observada a base de cálculo de cada tributo. Os referidos ativos são demonstrados ao custo histórico e podem ser visualizados a seguir:

**Composição dos valores:**

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Corrente</b>				
Imposto de renda a recuperar	9.903	-	28.809	-
Contribuição social sobre o lucro líquido a recuperar	17.576	-	19.305	-
COFINS a recuperar	8.338	-	7.533	-
PIS a recuperar	2.053	-	1.879	-
INSS a recuperar	812	-	812	-
Outros	1.833	-	1.841	-
	<b>40.515</b>	<b>-</b>	<b>60.179</b>	<b>-</b>
IRPJ (a)	-	<b>18.983</b>	-	-
CSLL diferido (b)	-	<b>1.517</b>	-	<b>843</b>
	<b>40.515</b>	<b>20.500</b>	<b>60.179</b>	<b>843</b>

(a) Em dezembro de 2022, foi retirado do ativo fiscal de curto prazo o valor de R\$ 18.983 e reclassificado para ativo fiscal diferido no longo prazo. A reclassificação é justificada pela não expectativa de realização desse valor nos próximos 12 meses.

(b) A contribuição social diferida é decorrente dos ajustes de provisão atuarial, incidente sobre os ganhos e perdas atuariais, após a adoção do CPC 33 (R1).

**9. CONVÊNIO E OUTROS INVESTIMENTOS**

**Política Contábil:**

Os depósitos vinculados representam depósitos efetuados pela empresa para garantia de contratos, ou, ainda, os de natureza judicial. Os convênios referem-se a direitos/obrigações contraídas, relativas a convênios celebrados com entidades Municipais, Estaduais e Federais.

Os referidos ativos, pela sua natureza, são demonstrados ao custo histórico atualizados, subsequentemente, por novas informações que podem vir a impactar seu valor.

Composição dos valores

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo Circulante</b>		
Pessoal a disposição outros órgãos	30.503	22.865
	<b>30.503</b>	<b>22.865</b>
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Ativo não Circulante</b>		
Depósitos bancários - Conta convênio	1.009	3
Aplicações financeiras - Garantia banco	503	3.269
Títulos, valores mobiliários e outros	562	13.902
	<b>2.074</b>	<b>17.174</b>
Convênios Federais	2.155	2.155
Convênios Estaduais	5.385	5.385
Convênios Municipais	138.673	138.673
	<b>146.213</b>	<b>146.213</b>
	<b>148.287</b>	<b>163.387</b>

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Federais</b>	<b>2.155</b>	<b>2.155</b>
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	2.155	2.155
<b>Estaduais</b>	<b>5.385</b>	<b>5.385</b>
Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco	1.913	1.913
Reintegra Brasil AS	2.890	2.890
Outros	582	582
<b>Municipais</b>	<b>138.673</b>	<b>138.673</b>
Prefeitura do Recife – FMSAN	135.323	135.323
Prefeitura de Petrolina	3.287	3.287
Outros	63	63
	<b>146.213</b>	<b>146.213</b>

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Política Contábil:

O saldo de outros créditos a receber é composto, principalmente, por adiantamento a fornecedores, e estão demonstrados pelo custo histórico, conforme demonstrado abaixo:

Composição dos valores:

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos a fornecedores	7.366	3.714
Outras	970	484
	<b>8.336</b>	<b>4.198</b>

11. ATIVO DE CONTRATOS

Política Contábil:

Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

**Capitalização de Juros e Encargos Financeiros:** Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento são apropriados ao custo destes até a conclusão da construção e/ou instalação do bem. Após esse período, os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

Até dezembro de 2022, foram capitalizados juros e demais encargos financeiros incorridos sobre os empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$ 12.596 (R\$ 10.606 em 2021).

Composição dos valores:

	31/12/2022				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rência	Saldo final
Obras em andamento material para expansão	143.781	67.447	(5)	(30.082)	181.141
Obras em andamento material para automação	11.160	986			12.146
Obras em andamento material para plano de aplicação	186	411	(44)	(92)	461
Estoque de obras de concessão	88.985	65.435			154.420
<b>Total</b>	<b>244.112</b>	<b>134.279</b>	<b>(49)</b>	<b>(30.174)</b>	<b>348.168</b>
	31/12/2021				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rência	Saldo final
Obras em andamento material para expansão	99.396	52.461	(8.076)	-	143.781
Obras em andamento material para automação	9.825	1.340	(5)	-	11.160
Obras em andamento material para plano de aplicação	178	66	(58)	-	186
Estoque de obras de concessão	49.857	52.923	(13.795)	-	88.985
<b>Total</b>	<b>159.256</b>	<b>106.790</b>	<b>(21.934)</b>	<b>-</b>	<b>244.112</b>

12. IMOBILIZADO

Política Contábil:

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, acrescidos dos custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela

comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação dos ativos é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método reflete o padrão de consumo de benefícios econômico futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis de forma prospectiva.

**Imobilizado em garantia:** Não existem bens do imobilizado da Compesa oferecidos em garantia judicial. De acordo com os dispositivos contratuais (Convênios de Cooperação e outros), a Companhia está impedida de oferecer bens vinculados à concessão em garantia, pois se encontra obrigada a cumprir com o regulamento geral de fornecimento de água e coleta de esgoto e deve atender ao programa de investimento com o objetivo de atingir a universalização dos serviços.

A composição do imobilizado da Compesa bem como a movimentação destes ativos pode ser visualizada a seguir:

Composição dos valores – Imobilizado

	31/12/2022		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	36.601	(21.247)	15.354
Computadores e periféricos	24.150	(19.762)	4.388
Telefonia e comunicação	1.980	(1.575)	405
Ferramentas de manutenção	191	(167)	24
Bens de segurança	147	(132)	15
Eletrodoméstico	1.105	(968)	137
Móveis e utensílios	9.073	(5.562)	3.511
Veículos	3.790	(1.024)	2.766
Edificações	19.954	(5.644)	14.310
Terrenos	2.253	-	2.253
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento	69.429	(52.440)	16.989
Bens sem tombamento	896	-	896
Outros	110	-	110
<b>Total</b>	<b>169.679</b>	<b>(108.521)</b>	<b>61.158</b>

	31/12/2021		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	30.797	(19.276)	11.521
Computadores e periféricos	21.548	(19.619)	1.929
Telefonia e comunicação	1.866	(1.483)	383
Ferramentas de manutenção	181	(164)	17
Bens de segurança	147	(127)	20
Eletrodoméstico	1.070	(903)	167
Móveis e utensílios	8.254	(5.165)	3.089
Veículos	3.974	(1.069)	2.905
Edificações	19.952	(5.443)	14.509
Terrenos	2.253	-	2.253
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento	43.675	(35.556)	8.119
Bens sem tombamento	146	-	146
Outros	110	-	110
<b>Total</b>	<b>133.973</b>	<b>(88.805)</b>	<b>45.168</b>

Composição dos valores – Movimentação Imobilizado

	31/12/2022				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rência	Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	30.797	2.858	(127)	3.073	36.601
Computadores e periféricos	21.548	632	(210)	2.180	24.150
Telefonia e comunicação	1.866	51	(1)	64	1.980
Ferramentas de manutenção	181	8	-	2	191
Bens de segurança	147	-	-	-	147
Eletrodoméstico	1.070	29	(3)	9	1.105
Móveis e utensílios	8.254	378	(27)	468	9.073
Veículos	3.974	-	(184)	-	3.790
Edificações	19.952	94	(92)	-	19.954
Terrenos	2.253	-	-	-	2.253
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento	43.675	28.520	(2.766)	-	69.429
Bens sem tombamento	146	209	-	541	896
Outros	110	126	(126)	-	110
<b>Total</b>	<b>133.973</b>	<b>32.905</b>	<b>(3.536)</b>	<b>6.337</b>	<b>169.679</b>

Composição dos valores – Movimentação da Depreciação Imobilizado

	31/12/2022					
	Taxas (a.a.%)	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rência	Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	(19.276)	(2.081)	110	-	(21.247)
Computadores e periféricos	20	(19.619)	(351)	208	-	(19.762)
Telefonia e comunicação	20	(1.483)	(93)	1	-	(1.575)
Ferramentas de manutenção	20	(164)	(3)	-	-	(167)
Bens de segurança	20	(127)	(5)	-	-	(132)
Eletrodoméstico	10	(903)	(67)	2	-	(968)
Móveis e utensílios	10	(5.165)	(421)	24	-	(5.562)
Veículos	10	(1.069)	(176)	221	-	(1.024)
Edificações	2	(5.443)	(215)	14	-	(5.644)
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento		(35.556)	(16.884)	-	-	(52.440)
<b>Total</b>		<b>(88.805)</b>	<b>(20.296)</b>	<b>580</b>	<b>-</b>	<b>(108.521)</b>

13. INTANGÍVEL

Política Contábil:

**Contratos de concessão de serviços:** O modelo de concessão celebrado entre Compesa e os municípios do Estado de Pernambuco estabelece que a Companhia tem o direito de operar a infraestrutura concedida e, por outro lado, os usuários dos serviços (consumidores finais) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços oferecidos. De acordo com o ICPC 01, nesta modalidade de concessão, os ativos relativos à operação da concessão, sejam eles preexistentes ou posteriormente construídos, são contabilizados como intangíveis, os quais são mensurados pelo seu valor justo no momento inicial sendo, posteriormente, mensurado pelo custo amortizado, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (quando existentes).

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor.

**Contratos de concessões – PPP:** A Compesa e a BRK Ambiental Participações S.A. (BRK Ambiental) assinaram um contrato de Parceria Público-Privada (PPP) para levar os serviços de esgotamento sanitário para 14 municípios da Região Metropolitana do Recife e para a cidade de Goiana. O contrato de prestação de serviços tem prazo de 35 anos, com o propósito de implantação de 9.000 km de redes de esgoto, beneficiando 3,7 milhões de pessoas e aumentando a cobertura de esgoto na região de 30% para 90% até 2037. A operação da PPP teve início em julho de 2013.

**Outros ativos intangíveis:** Os demais ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da despesa de amortização e das perdas por redução do valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, quando este está disponível para o uso.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou prazo remanescente de contrato de concessão, a partir da data em que os intangíveis estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Composição dos valores – Intangível

	31/12/2022		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Contratos de concessões	8.032.699	(949.440)	7.083.259
Contratos de concessões - PPP	1.962.777	(43.885)	1.918.892
Direitos de uso de softwares	44.204	(6.402)	37.802
	<b>10.039.680</b>	<b>(999.727)</b>	<b>9.039.953</b>

	31/12/2021		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Contratos de concessões	7.423.664	(892.410)	6.531.254
Contratos de concessões - PPP	1.566.846	(28.660)	1.538.186
Direitos de uso de softwares	42.329	(6.011)	36.318
	<b>9.032.839</b>	<b>(927.081)</b>	<b>8.105.758</b>

Composição dos valores – Movimentação Intangível

	31/12/2022				
	Taxas (a.a.%)	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Contratos de concessões					
Custo		7.423.664	699.269	(90.234)	8.032.699
Amortização	2%	(892.410)	(57.571)	541	(949.440)
		<b>6.531.254</b>	<b>641.698</b>	<b>(89.693)</b>	<b>7.083.259</b>
Contratos de concessões - PPP					
Custo		1.566.846	395.931	-	1.962.777
Amortização	2%	(28.660)	(15.225)	-	(43.885)
		<b>1.538.186</b>	<b>380.706</b>	<b>-</b>	<b>1.918.892</b>
Softwares - direitos de uso					
Custo		42.329	1.875	-	44.204
Amortização	10%	(6.011)	(391)	-	(6.402)
		<b>36.318</b>	<b>1.484</b>	<b>-</b>	<b>37.802</b>
		<b>8.105.758</b>	<b>1.023.888</b>	<b>(89.693)</b>	<b>9.039.953</b>

14. ANÁLISE DO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Política Contábil:

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

As premissas utilizadas para o cálculo da irre recuperabilidade dos ativos são revistas anualmente, salvo se houver forte evidência em contrário, que requeira uma alteração. Diante do exposto, as premissas relativas ao período findo em 31/12/2022 são as mesmas que foram divulgadas no Relatório Financeiro de 31/12/2021 e, portanto, não existem perdas por irre recuperabilidade a serem contabilizadas.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Política Contábil:

**Passivos de Arrendamento:** Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se estes forem indexados a um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

No reconhecimento inicial, o valor contábil do passivo de arrendamento também inclui:

- Valores esperados a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual;
- O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção; e

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)**

• Quaisquer penalidades a pagar pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento tiver sido estimado com base na opção de rescisão sendo exercida.

**Ativos de Arrendamento:** Ativos de direito de uso decorrentes do contrato de arrendamento mercantil são inicialmente mensurados pelo valor presente do passivo de arrendamento, reduzidos por quaisquer incentivos de arrendamento recebidos e aumentados para:

- Pagamentos de arrendamento feitos no início ou antes do início do arrendamento;
- Custos diretos iniciais incorridos; e
- O valor de qualquer provisão reconhecida quando a Companhia é obrigada, por contrato, a desmontar, remover ou restaurar o ativo arrendado.

A seguir apresenta-se a composição e movimentação dos ativos e passivos de arrendamento:

**Composição dos valores – Ativo de Arrendamento**

31/12/2022					
Não Circulante					
Ativo	Saldo Inicial	Adição	Depreciação (-)	Atualização	Saldo Final
Arrendamento Mercantil	43.675	26.015	-	(261)	69.429
Depreciação	(35.556)	-	(16.884)	-	(52.440)
<b>Total</b>	<b>8.119</b>	<b>26.015</b>	<b>(16.884)</b>	<b>(261)</b>	<b>16.989</b>

**Composição dos valores – Passivo de Arrendamento**

31/12/2022						
Circulante						
Arrendamento Mercantil	Saldo Inicial	Adição	Transfe-rência	Pagamento Passivo (-)	Atualiza-ção	Saldo Final
Passivo	7.080	29.407	(668)	(17.806)	-	18.013
Juros	(294)	(3.391)	132	1.081	(421)	(2.893)
<b>Total</b>	<b>6.786</b>	<b>26.016</b>	<b>(536)</b>	<b>(16.725)</b>	<b>(421)</b>	<b>15.120</b>

31/12/2022						
Não Circulante						
Arrendamento Mercantil	Saldo Inicial	Adição	Transfe-rência	Pagamento Passivo (-)	Atualiza-ção	Saldo Final
Passivo	1.529	-	668	-	-	2.197
Juros	(196)	-	(132)	-	-	(328)
<b>Total</b>	<b>1.333</b>	<b>-</b>	<b>536</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.869</b>

**16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS****Política Contábil:**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Nesses casos, o registro é realizado no passivo não circulante.

As obrigações correspondentes aos arrendamentos mercantis, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

**a) Composição dos empréstimos e financiamentos da Compesa:**

	31/12/2022		
	Não Circulante	Circulante	Total
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.812-54 (a)	208	6.937	7.145
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.805-62 (b)	1.824	60.805	62.629
Caixa Econômica Federal (IN 14) outros (c)	2.225	74.186	76.411
Caixa Econômica Federal (IN 22) 0521.443-89 (d)	517	15.713	16.230
Banco do Brasil (BB 40) (e)	1.699	-	1.699
Banco do Brasil II (BB 18) (f)	4.580	2.672	7.252
Banco do Brasil III (BB 50) (g)	12.684	14.798	27.482
Banco do Brasil IV (BB 100) (i)	25.000	54.167	79.167
Banco do Brasil V (BB 100) (j)	25.000	75.000	100.000
Banco do Brasil VI (BB 250) (k)	41.667	208.333	250.000
Caixa Econômica Federal (IN 22) outros (l)	7	207	213
<b>Total</b>	<b>115.411</b>	<b>512.818</b>	<b>628.228</b>

	31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total
Banco do Nordeste do Brasil – BNB	1.207	-	1.207
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.812-54 (a)	282	7.059	7.341
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.805-62 (b)	2.222	55.620	57.842
Caixa Econômica Federal (IN 14) outros (c)	1.741	43.567	45.308
Caixa Econômica Federal (IN 22) 0521.443-89 (d)	436	14.528	14.964
Banco do Brasil (BB 40) (e)	10.192	1.699	11.891
Banco do Brasil II (BB 18) (f)	4.580	7.251	11.831
Banco do Brasil III (BB 50) (g)	12.684	27.482	40.166
Banco do Brasil – FIDC (h)	10.000	-	10.000
Banco do Brasil IV (BB 100) (i)	20.833	79.167	100.000
Banco do Brasil V (BB 100) (j)	-	100.000	100.000
<b>Total</b>	<b>64.177</b>	<b>336.373</b>	<b>400.550</b>

(a) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário, emitida em 29/12/2017, no valor total de R\$ 14.040, destinada à implantação de adutora a partir da Estação de Tratamento de Água de Garanhuns para os municípios de Caetés e Capoeiras, dentro do Programa Saneamento para Todos – Público. Valor do Investimento: R\$ 15.600, sendo R\$ 1.560 de contrapartida da Compesa. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 192 meses, contado a partir de janeiro/2022 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%;

(b) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário, emitida em 29/12/2017, no valor total de R\$ 73.800, destinada à implantação da Adutora do Alto Capibaribe, que beneficiará os municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte, Santa Maria do Cambucá, Frei Miguelinho, Jataúba, Toritama, Vertente do Lério e Vertentes, dentro do Programa Saneamento para Todos – Público. Valor do Investimento: R\$ 82.000, sendo R\$ 8.200 de contrapartida da Compesa. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 192 meses, contado a partir de janeiro/2021 (término

da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%;

(c) Referem-se à Cédulas de Créditos Bancários, emitidas em 29/12/2017, nos valores de R\$ 50.580 (0502.791-07), R\$ 60.000 (0502.797-63), R\$ 35.000 (0502.798-77), R\$ 21.200 (0502.803-42), R\$ 14.700 (0502.813-68) e R\$ 22.400 (0502.840-91) destinadas a melhorias do sistema de água nos municípios de Jaboatão dos Guararapes/PE, Ipojuca/PE, Camaragibe/PE, morros da zona norte do Recife/PE, Garanhuns/PE e Gravata/PE, todas dentro do Programa Saneamento para Todos – Público. Valor do Investimento: R\$ 209.500, sendo R\$ 20.950 de contrapartida da Compesa. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 192 meses, contado a partir de janeiro/2022 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%. Até 31 de dezembro de 2022 foram liberados os seguintes valores: R\$ 19.112 (0502.791-07), R\$ 28.262 (0502.797-63), R\$ 6.494 (0502.798-77), R\$ 4.943 (0502.803-42), R\$ 2.681 (0502.813-68) e R\$ 16.540 (0502.840-91);

(d) Contrato de financiamento nº 0521.443-89, no valor de R\$ 29.697 destinado à implantação do Sistema Adutor do Eixo Leste para Custódia para atender a população estimada de trinta mil habitantes, na modalidade operacional Abastecimento de Água, totalizando um investimento de R\$ 31.260 com as seguintes características: contrapartida de R\$ 1.563 equivalente a 5% do valor do investimento; carência: 16 meses; término da carência: 11/12/2021; Desembolso: prazo de 12 meses; amortização: o prazo é de 240, contado a partir do término do período de carência; juros: 6% a.a.;

(e) Refere-se a empréstimo para garantir a provisão de fundos de conta corrente, no valor de R\$ 40.000, mediante Cédula de Crédito Bancário assinada em 03 de outubro de 2017. Os encargos financeiros estabelecidos são remunerados à taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) acrescidos de sobretaxa efetiva de 2,85% a.a. com carência de 12 meses, a contar da concessão do empréstimo. A amortização teve início em 13 de novembro de 2018 e o vencimento será em fevereiro de 2023. Foram oferecidas como garantia duplicatas de prestação de serviço em montante equivalente, no mínimo, de R\$ 2.100;

**Covenants da Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.030 (BB 40) emitida pela Compesa em favor do Banco do Brasil S/A:** O Banco do Brasil poderá decretar o vencimento antecipado da dívida, considerando automática e imediatamente exigíveis todas as obrigações financeiras decorrentes desta cédula se, na sua vigência, restar configurada qualquer das situações:

• A EMITENTE não mantiver fluxo de recebimento mensal equivalente a, no mínimo, R\$ 25.000 que deverá transitar em conta não movimentável pela EMITENTE, referente aos recebíveis arrecadados no Banco do Brasil S/A (cobrança e guias não compensáveis), tenham sido estes dados em garantia em quaisquer operações e/ou livre de ônus;

• A EMITENTE não mantiver, a partir da contratação da operação e durante todo o período de vigência, a relação de Dívida Financeira Líquida/EBITDA de, no máximo 2,5x, calculada pelo menos anualmente, com base nos seus demonstrativos encerrados ao final de cada período.

(f) Em 21 de junho de 2020, foi emitida Cédula de Crédito Bancário n. 323.400.034 pela Compesa em favor do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$ 18.000, com vencimento inicial em 22 de julho de 2021 e final em 22 de junho de 2024, totalizando 48 parcelas, comissão flat de 1,5% sobre o crédito concedido e encargos financeiros medidos pela taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,5% a.a. Destinação do crédito: o valor do crédito deferido destina-se única e exclusivamente ao reforço de capital de giro, sendo impedido de aplicação em investimentos fixos;

(g) Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.037, no valor de R\$ 50.000, vencimento em 23/02/2025 e comissão flat de 1% sobre o crédito concedido. Encargos Financeiros: taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 1,85% a.a. Dia base para débito dos encargos: dia 23 de cada mês, no total de 48 parcelas. Vencimento primeira parcela: 23/03/2021. O valor do crédito deferido destina-se única e exclusivamente ao reforço de capital de giro, sendo vedado a aplicação em investimentos fixos;

(h) A Companhia captou recursos por meio de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), com o intermédio do Banco do Brasil - Investimentos (Coordenador). O FIDC Compesa possui como característica básica a cessão dos direitos creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus de titularidade da Compesa, oriundos da prestação de serviços de saneamento básico a seus usuários. O fundo tem prazo de duração determinado, encerrando-se em maio de 2022. A primeira emissão foi em maio de 2015 com prazo de amortização de 96 meses, incluídos 6 meses de carência, a amortização iniciou em novembro de 2015, sendo remunerado à taxa de CDI + 2,85% a.a. Em 20 de abril de 2022 foi efetuado o pagamento da última parcela do empréstimo no valor de 2.529. Em 16 de maio de 2022 houve resgate das cotas da aplicação no valor de R\$ 13.522;

(i) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.038, emitida em 04/03/2021, no valor total de R\$ 100.000, destinada única e exclusivamente ao reforço do capital de giro. Prazo de carência e desembolso: 12 meses. Prazo de amortização: 48 meses, contado a partir de 15/03/2022 (término da carência). Comissão flat 1% sobre crédito concedido na data de liberação. Os encargos financeiros serão a taxa média de CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 1,97% ao ano. Foi oferecido como garantia a cessão fiduciária de direitos creditórios representados em faturas de prestação de serviços de sua emissão, representativa dos direitos creditórios oriundos da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, vencíveis a prazo em até 180 dias, desde que esse prazo não exceda o vencimento final deste Instrumento, em montante equivalente, no mínimo, a R\$ 5.208;

(j) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.044, emitida em 08/12/2021, no valor total de R\$ 100.000, destinada única e exclusivamente ao reforço do capital de giro. Prazo de carência e desembolso: 12 meses. Prazo de amortização: 48 meses, contado a partir de 22/01/2023 (término da carência). Tarifa de 1% sobre crédito concedido, sendo: 0,7% de Comissão Flat, e 0,3% de Administração de Garantias. Os Encargos financeiros será a taxa média de CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,30% ao ano. Como forma de constituição de garantia para pagamento, foi realizada reserva em conta específica de montante equivalente a 2,5 vezes do valor da parcela de amortização pactuada, perfazendo o total de R\$ 5.208;

(k) Banco do Brasil VI BB250 – Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.047, emitida em 17/05/2022, no valor total de R\$ 250.000 destinada única e exclusivamente ao reforço do capital de giro. Prazo de carência e desembolso: 12 meses. Prazo de amortização: 48 meses, contado a partir de 13/05/2023 (término da carência). Tarifa de 1,49% sobre crédito concedido, sendo: 0,75% de Comissão Flat, e 0,74% de Administração de Garantias. Os Encargos financeiros será a taxa média de CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,49% ao ano. Como forma de constituição de garantia para pagamento, foi transferida fiduciariamente os direitos creditórios - capital e respectivos rendimentos – consubstanciados nos valores disponíveis em caixa e levados a crédito da conta reserva nº 12.131-2 a que alude o 4.6 do Termo de Referência do contrato;

(l) Caixa IN22 refere-se Contrato de financiamento nº 0521.445-07, no valor de R\$ 37.000 destinado à implantação da 2ª etapa do projeto de Sistema de Esgotamento Sanitário Pina, Boa Viagem e Imbiribeira para atender a população estimada de cem mil habitantes, na modalidade operacional Esgotamento Sanitário, totalizando um investimento de R\$ 35.150, com as seguintes características: contrapartida de R\$ 1.850 equivalente a 5% do valor do investimento; carência: 22 meses; término da carência: 11/01/2022; desembolso no prazo de 18 meses; amortização: o prazo é de 240 meses, contado a partir do término do período de carência; juros: 6% a.a.;

**b. Índice de Dívida Líquida sobre EBITDA:**

Os empréstimos junto ao Banco do Brasil, estão contratualmente vinculados ao índice de Dívida Líquida sobre o EBITDA, tendo contratos como obrigatoriedade o índice ser menor ou igual a 2,5 e contratos como obrigatoriedade o índice ser menor ou igual menor ou igual a 3,0.

Abaixo segue demonstrativo com apuração do índice em 31/12/2022:

		31/12/2022
<b>Dívida líquida sobre o EBITDA (&lt;=3,00)</b>		
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	+	115.410
Debêntures - Circulante	+	-
Tributos a Recolher - Circulante	+	36.187
Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante	+	512.818
Tributos a Recolher - Não Circulante	+	56.379
(-) Impostos sobre Convergência	+	(56.081)
Passivo (C)	=	664.713
<b>Disponibilidades</b>	<b>+</b>	<b>125.595</b>
Aplicações financeiras de longo prazo	+	503
Disponibilidades e Aplicações financeiras (D)	=	126.098
Dívida líquida (E) = (C-D)	=	538.615
EBITDA (Acumulado últimos 12 meses) (F)	=	341.330
<b>Dívida líquida / EBITDA →</b>	<b>(E/F)</b>	<b>2,23</b>

O montante de empréstimos registrados no passivo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
2023	0	73.932
2024	132.932	70.632
2025	120.003	57.715
2026	97.388	134.094
2027	162.495	-
	<b>512.818</b>	<b>336.373</b>

Os encargos financeiros dos financiamentos aplicados na construção de ativos (intangível, anteriormente classificado como imobilizado) foram capitalizados até a data de início de operação do correspondente ativo.

**17. FORNECEDORES****Política Contábil:**

Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado.

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone, alugueis e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo. A composição de valores dos fornecedores está apresentada a seguir:

**Composição dos valores:**

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedor de energia elétrica	66.453	60.950
Prestadores de serviços (a)	56.430	47.058
Empreiteiros de obras (b)	20.907	11.390
Fornecedores de materiais (c)	19.556	17.951
Outros (d)	33.842	24.471
	<b>197.188</b>	<b>161.820</b>

a) Corresponde, principalmente, a prestação de serviço proveniente da Parceria Público-Privada (PPP) com a BRK Ambiental, e outros serviços associados de leitura, hidrometração, corte e religação;

b) Corresponde, prioritariamente, à realização de obras de investimentos e projetos de engenharia para viabilizar futuros investimentos da Companhia;

c) Corresponde, principalmente, a aquisições de tubulações e materiais para manutenção das redes e obras para investimento;

d) Corresponde, principalmente, a fornecedores de produtos químicos, equipamentos e locação de veículos.

**18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES****Política contábil:**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, podem exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Em observância ao ICPC 22, a Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa. Diante do exposto, segue a composição dos valores relativos aos tributos correntes e diferidos:

**Composição dos valores:**

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Tributos próprios</b>				
<b>Corrente:</b>				
COFINS e PIS	7.368	-	7.330	-
CSLL	7.410	-	14.310	-
Outros tributos a recolher	123	-	35	-
Parcelamento - Outros	-	298	-	442
	14.901	298	21.675	442
<b>Tributos retidos de terceiros</b>				
<b>Corrente:</b>				
IRRF	5.105	-	2.188	-
Contribuições sociais (PIS/CO-FINS/CSLL)	1.737	-	1.427	-
ISS	2.821	-	2.275	-
INSS	3.936	-	3.363	-
Outros tributos a recolher	38	-	38	-
	<b>13.637</b>	<b>-</b>	<b>9.291</b>	<b>-</b>



No exercício de 2022, o ativo líquido de benefícios previdenciários não foi reconhecido em virtude de não atender o previsto nos itens 64b e 64c da CPC 33 (R1), e não existir qualquer ativo líquido a ser reconhecido pela Compesa em relação ao Plano de Benefício Definido por ela patrocinado junto à COMPESAPREV.

**Posição do passivo (ativo) do plano:**

	31/12/2022	31/12/2021
Valor justo do ativo do Plano	(1.068.711)	(1.041.537)
Valor presente da obrigação vencida	618.931	609.835
Valor presente da obrigação a vencer	346.946	347.357
Valor líquido das obrigações	956.877	957.192
<b>Ativo/Passivo para a patrocinadora</b>	<b>(102.834)</b>	<b>(84.345)</b>

Aspectos:

a) Considerando a necessidade da Compesa em proceder ao reconhecimento do Passivo Líquido relacionado ao Plano de Benefício Definido por ela patrocinado junto à COMPESAPREV;

b) Considerando que o Patrimônio do Benefício Definido é segregado do Patrimônio da Compesa;

c) Considerando que a Compesa é a única Patrocinadora responsável pelo Plano de Benefício Definido patrocinado por ela junto à COMPESAPREV.

Verifica-se que o Passivo Líquido de R\$ (102.834) a ser reconhecido em 31/12/2022 relativo ao Plano Previdenciário do tipo Benefício Definido patrocinado pela Compesa junto à COMPESAPREV, por ser negativo, corresponde a um Ativo líquido.

No entanto, considerando que, na Avaliação Atuarial elaborada em conformidade com as Normas da Superintendência da Previdência Complementar – PREVIC, a situação atuarial desse Benefício Definido patrocinado pela Compesa para seus empregados e ex-empregados participantes do Plano apresentava um déficit Técnico Contábil em 31/12/2022, de R\$ (50.150), esse Passivo Líquido de R\$ (102.834) corresponde a um Ativo Líquido que não é passível de ser reconhecido pela empresa patrocinadora.

Cálculo da estimativa do custo esperado:

	31/12/2022	31/12/2021
Custos do serviço corrente	14.566	15.118
Custos dos juros	(11.050)	(8.816)
Contribuição esperada	(8.971)	(7.800)
<b>Receita estimada esperada</b>	<b>(5.465)</b>	<b>(1.498)</b>

**Premissas atuariais atualizadas**

Taxa de Juros (descontos) para a avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total, bem como a Taxa de Rendimento esperada sobre os ativos do Plano: 6,18% (\*) ao ano, em termos reais, e, 10,43% ao ano, em termos nominais, considerando uma inflação média anual, ao longo dos anos futuros, da ordem de 4,0% ao ano (inflação que leva em consideração o Estudo da I9Advisory que serviu de base ao ALM da CompesaPrev, referido no JM/2302/2022 de 21/11/2022).

Corresponde a uma taxa real de desconto de 6,18% ao ano considerando as taxas de juros reais das NTN-B do Governo Federal Brasileiro compatíveis com duração dos compromissos do Plano entre 14,57 anos.

Taxa de crescimento real de salário: 2,26% ao ano, em termos reais, e 6,35% ao ano, em termos nominais, considerando uma inflação média anual, ao longo dos anos futuros de 4,0% ao ano, conforme Estudo Técnico de Adequação do Crescimento Real de Salário apresentado através do JM/2302/2022 de 21/11/2022.

Índice do Reajuste de Benefício Concedido de Prestação Continuada: da ordem de 4,0% ao ano (igual à inflação anual projetada para os anos futuros).

Inflação Projetada: da ordem de 4,0% ao ano (considerando os anos futuros de existência do Plano), tomando por base o indicado através do Estudo apresentado pelo JM/2302/2022 de 21 de novembro de 2022.

Fator de Capacidade do Benefício de Prestação Continuada de preservar seu poder aquisitivo entre 2 (dois) reajustes anuais consecutivos ao longo dos anos futuros: 0,9777 ou 97,77% (compatível com a Inflação Projetada de 4,0% ao ano).

Rotatividade: Considerada nula para refletir, de forma prudente, o reflexo da introdução do Instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD) e a existência do Instituto Autopatrocínio.

Tábua Geral de Mortalidade: qx da AT-2000 (masculina), em conformidade com o teste de aderência de Sobrevida/Mortalidade Geral apresentado através do pelo JM/2302/2022 de 21 de novembro de 2022.

Tábua de Mortalidade de Invalídios: q<sub>x</sub> = qx da AT-49 (masculina) em conformidade com o teste de aderência de Sobrevida/Mortalidade de Invalídios apresentado através do pelo JM/2302/2022 de 21 de novembro de 2022.

Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas, em conformidade com o teste de aderência de Entrada em Invalidez apresentado através do pelo JM/2302/2022 de 21 de novembro de 2022.

Composição de Família: experiência obtida na empresa patrocinadora (COMPESA) no que se refere aos Participantes ainda Não Assistidos atualizada em 2020 e família efetiva no que se refere aos Assistidos (Aposentados e Pensionistas), em conformidade com o apresentado através do JM/2302/2022 de 21/11/2022.

Entrada em Aposentadoria (Programada): os participantes ativos, que não estejam na condição de Autopatrocinados ou em Benefício Proporcional Diferido, irão requerer benefício de aposentadoria programada 1 (um) ano após preencherem todos os requisitos para requererem benefício pleno de aposentadoria, em conformidade com o apresentado através do JM/2302/2022 de 21/11/2022.

Para os Participantes do Plano, que poderão entrar em gozo de Suplementação Antecipada, informados pela COMPESA, (Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço/ Contribuição com conversão de Tempo de Serviço Especial em Normal): se realiza a correspondente conversão de Tempo de Serviço Especial em Tempo de Serviço Normal.

**Abertura do Plano de Contribuição Definida (CD)**

No dia 16 de novembro de 2020, A PREVIC publicou a Portaria PREVIC nº 782, no Diário Oficial da União, que aprovou o fechamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) para novas adesões. Entretanto, está garantido o direito adquirido e acumulado de todos os participantes e assistidos vinculados a ele.

Com base nisso, a COMPESAPREV se estruturou para oferecer aos empregados da Compesa um novo plano de previdência complementar: o Plano de Contribuição Definida (CD), que tem a Compesa como Patrocinadora Original, atende a interesses comuns e se adequa à realidade das demais entidades fechadas de Previdência Complementar do Brasil.

Considerado um passo importante, a implantação desse novo plano representa uma adequação ao cenário econômico e social atual, acompanhando a tendência dos demais planos de previdência complementar nacional. O Plano CD é um plano de previdência complementar em que os benefícios são mensurados em função das contribuições e rentabilidade alcançada nos investimentos.

Entende-se por plano de benefício de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase em que recebe os benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

O Plano CD teve sua operacionalização iniciada em 17/03/2021 e suas principais vantagens são a manutenção do padrão de renda após a aposentadoria; o investimento compartilhado com a Compesa; a opção de contribuição flexível; o empréstimo com uma das menores taxas de mercado; o direito de aderir ao Plano de Saúde; e a Dedução no Imposto de Renda.

**22.2 Plano de Assistência Médica – COMPESASAÚDE**

A Companhia também é patrocinadora do Plano de Assistência médico-hospitalar e odontológico (denominado COMPESASAÚDE), que é administrado pela COMPESAPREV, cujas contribuições são calculadas individualmente com o auxílio da tabela de contribuição mensal, lastreada em sua faixa de remuneração, no tamanho da sua família e na faixa etária.

O COMPESASAÚDE possui três modalidades de planos: Plano I e II (fechados para novas adesões) e Plano III (em funcionamento desde janeiro/2015). São compostos por titulares associados (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao Plano de Incentivo à Aposentadoria – PIA, empregados com contrato de trabalho suspenso, sócios auto patrocinados, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), titulares não associados à COMPESAPREV inscritos no COMPESASAÚDE até 25 de maio de 2001 (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao PIA, empregados com contrato de trabalho suspenso, servidores públicos ou empregados de outras entidades cedidos à COMPESA, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), dependentes e agregados.

Os planos caracterizam-se pelo completo atendimento aos procedimentos descritos na norma interna SAD 102/98, no Regulamento do Plano e nos demais atos normativos em vigor no que diz respeito às coberturas, às exclusões, às carências e ao padrão de acomodação hospitalar.

Os planos são custeados pelas contribuições mensais dos seus associados, em pré-pagamento, conforme tabelas definidas por ocasião da avaliação atuarial de planos, e em pós-pagamento, referente aos valores correspondentes à coparticipação. A Patrocinadora participa do custeio do plano, conforme regras acordadas anualmente por ocasião da Avaliação Atuarial do Plano e revisão do Plano de Custeio do COMPESASAÚDE.

**Compromisso da Patrocinadora aos Empregados no Pós-Emprego**

A Patrocinadora Compesa, por meio do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), que vem se renovando anualmente, assumiu o compromisso de custear o Plano COMPESASAÚDE relativamente às perdas de arrecadação mensal em função da adoção dos tetos máximos de desconto, sobre a remuneração do aposentado ou pensionista, de 16% (dezesseis por cento) para os titulares com PIA e de 20% (vinte por cento) ou 25% (vinte e cinco por cento) para os titulares que se enquadram nos benefícios do ACT. Estas duas perdas, somadas, representam 28,82% (32,84% em 2021) da arrecadação da categoria de aposentados e pensionistas do COMPESASAÚDE, apurados em 2022.

Em 2022, a Companhia reconheceu no resultado, a título de contribuição ao Plano de Assistência Médica, o montante de R\$ 57.377 (R\$ 48.698 em 2021).

Com o advento da Resolução Normativa-RN nº 254/2011, artigo 27, a partir de 04 de agosto 2012 os contratos coletivos vigentes não poderão receber novos beneficiários, ressalvados os casos de inclusão de novo cônjuge e filhos do titular.

Em 2022, a Companhia, em atendimento ao disposto no CPC 33 - Benefícios a empregados, promoveu a mensuração de benefícios de assistência à saúde pós-emprego, os quais requerem a utilização de premissas acerca do nível e da frequência de sinistros futuros e do custo para a cobertura desses sinistros.

	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício/ ano	(190.339)	(169.273)
Taxa de desconto atuarial do ano anterior	11,10%	7,32%
(-) Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
(-) Custo de juros sobre a obrigação	(21.128)	(12.391)
(-) Custo do serviço corrente previsto para o ano	(7.321)	(6.511)
(+) Benefícios pagos no ano	10.260	12.054
Perda atuarial do exercício	(6.630)	(14.218)
<b>Obrigação total no exercício</b>	<b>(215.158)</b>	<b>(190.339)</b>
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	20.175	24.518
Taxa de retorno esperado para os ativos do plano	11,10%	7,32%
(+) Custo de juros sobre a obrigação	2.239	1.795
(+) Contribuição da Patrocinadora	7.698	7.125
(-) Benefícios pagos no exercício	(10.260)	(12.054)
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	(2.162)	(1.209)
<b>Valor justo dos ativos no exercício</b>	<b>17.690</b>	<b>20.175</b>
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
Ganho/ (perda) atuarial no exercício	(6.630)	(14.218)
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	(2.162)	(1.209)
Apuração do resultado do exercício	(8.792)	(15.427)
<b>Passivo a reconhecer no exercício</b>	<b>(197.468)</b>	<b>(170.164)</b>

**Premissas atuariais utilizadas:**

**Bases técnicas e biométricas**

- a) Tábua de Mortalidade de Válidos: AT-2000 (diferenciada para Homens e Mulheres);
- b) Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas;
- c) Tábua de Mortalidade de Invalídios: AT-49 Male
- d) Taxa de Desconto da avaliação de 2021 = 11,10% a.a.;
- e) Taxa de Retorno Esperado dos Ativos da avaliação de 2021 = 11,10%a.a.;
- f) Taxa de Inflação da avaliação de 2021 = 5,44% a.a.;
- g) Crescimento real dos custos médicos em 2021 = 3,00% a.a.;
- h) Taxa de Rotatividade em 2021 = não adotada;
- i) Taxa de Desconto da avaliação de 2022 = 11,92% a.a.;
- j) Taxa de Retorno Esperado dos Ativos da avaliação de 2022 = 11,92% a.a.;
- k) Taxa de Inflação da avaliação de 2022 = 5,79% a.a.;
- l) Crescimento real dos custos médicos em 2022 = 3,00% a.a.;
- m) Taxa de Rotatividade em 2022 = não adotada;
- n) Duration calculada em 2022 = 12,80 anos;
- o) Regime de Capitalização para todos os benefícios;
- p) Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC).

**Tabelas utilizadas:**

- a) COMPESAPREV, para diárias, taxas de sala, internações, uso de equipamentos, atendimentos ambulatoriais e serviços hospitalares, com referencial anual de correção pela variação do INPC-IBGE;
- b) Medicamentos: SIMPRO - negociação diretamente com os prestadores;
- c) Medicamentos: BRASÍNDICE - preço de fábrica com acréscimo negociado diretamente com os prestadores;
- d) Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM): edição/2010, com valores de Consultas Médicas, SADT's e demais procedimentos acordados entre a operadora e os prestadores de serviço.

**Taxas de utilização dos procedimentos assistenciais**

Tabelas de morbidade ajustadas com as próprias experiências da COMPESAPREV.

**Demais premissas e hipóteses**

- a) Despesas Não Assistenciais, destinadas à cobertura das despesas administrativas totais dos Planos, fixadas em 12% (doze por cento) das receitas mensais;
- b) Pré-requisitos para entrada em aposentadoria do titular (plano previdenciário): possuir cumulativamente 55 anos de idade, 30 anos (mulheres) ou 35 anos (ho-

- mens) de contribuição à Previdência Social e 20 anos de plano (COMPESAPREV);
- c) Idade para permanência de filhos e equiparados: até 24 anos;
- d) Banco de Dados (informações fornecidas pela COMPESAPREV);
- Sinistros (despesas): janeiro a dezembro de 2022 (janeiro a dezembro de 2021 para o cálculo 2021);
- Beneficiários (cadastro): dezembro de 2022 (dezembro/2021 para o cálculo de 2021);
- Resultados posicionados em 31 de dezembro de 2021 e 2022, respectivamente.

**22.3 Plano de Incentivo à Aposentadoria – PIA**

Consta no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2021-2023) que a Compesa dispõe de Plano de Incentivo à Aposentadoria (PIA), o qual realizará o pagamento de um "prêmio aposentadoria", em uma única parcela, correspondente a um dos seguintes valores, conforme opção do empregado:

- Modalidade A:** dez vezes o piso salarial da Compesa; ou
- Modalidade B:** cinco vezes o salário contratual básico do empregado; ou
- Modalidade C:** valor igual a 30% do saldo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para fins rescisório, relativo, exclusivamente, ao contrato de trabalho mantido com a Compesa.

O "prêmio aposentadoria", nas modalidades A e B, terá seu valor calculado com base na Tabela Salarial vigente na data em que ocorrer o seu pagamento.

O saldo da conta do FGTS considerado como base de cálculo dos 30%, referido na modalidade C, será o do mês de concessão da aposentadoria, após a incidência dos juros e da atualização monetária, até o mês imediatamente anterior ao do pagamento do "prêmio aposentadoria".

Farão jus ao valor do "prêmio aposentadoria", os empregados que, ao se aposentarem, tenham completado dez anos de contrato de trabalho com a Compesa. Atendido esse requisito, o empregado deverá comunicar à Compesa o recebimento da Carta de Concessão de Aposentadoria da Previdência Social, para fins de desligamento da Companhia, em até 30 dias contados da data de sua expedição.

Em atendimento ao disposto no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, a Companhia promoveu a mensuração de benefícios de plano de incentivo à aposentadoria.

A Companhia reconhece como despesa atuarial os valores presentes das obrigações com os benefícios pós-emprego, com base em laudos atuariais do exercício de 2022.

**Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV)**

Instituído por meio da aprovação do ACT 2021-2023, o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) é direcionado aos empregados aposentados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), com data de aposentadoria anterior à entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019, publicada em 13 de novembro de 2019, e que permaneçam trabalhando na Compesa.

Atendidos todos os requisitos, os inscritos no PIDV farão jus a um "Prêmio ao Desligamento Voluntário", conforme critérios abaixo estabelecidos:

- a) Para os empregados que nunca se inscreveram em Planos de Incentivo ao Desligamento, o pagamento, em uma única parcela, a título de "prêmio ao desligamento voluntário", conforme opção do empregado, dentre as modalidades abaixo:
  - **MODALIDADE A:** 10 (dez) vezes o piso salarial;
  - **MODALIDADE B:** 05 (cinco) vezes o salário contratual básico do beneficiário;
  - **MODALIDADE C:** valor equivalente a 30% (trinta por cento) do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios, relativo exclusivamente, ao contrato mantido com a Compesa.

b) Pagamento do prêmio no valor de 20% (vinte por cento) do saldo depositado pela Compesa na conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para os empregados que já se inscreveram em Planos de Incentivo ao Desligamento anteriores e desistiram.

O período de inscrições para o PIDV iniciou em 8 de novembro de 2021 e perdurou até 7 de março de 2022.

Em 2022, os desligamentos por PIDV e PIA totalizaram 84 colaboradores.

**Pecúlio por Morte e Invalidez**

A Compesa concede um Pecúlio por Morte e por Invalidez, cujo capital individual segurado é de 3 (três) vezes o valor do seu Piso Salarial sendo pago das seguintes formas: i) 100% em caso de morte natural ou de entrada em aposentadoria definitiva do empregado; ii) 200% em caso de morte acidental do empregado; iii) 50% em caso de morte natural do cônjuge ou companheira (o); iv) 100% em caso de morte acidental do cônjuge ou companheira(o); e v) 10% em caso de morte de filho(s) de até 21 anos de idade ou inválidos.

Não se registra de forma diversa do plano de previdência complementar do tipo benefício definido, patrocinado pela Compesa com a COMPESAPREV, a existência de qualquer fundo segregado para dar cobertura aos benefícios pós-emprego apresentados.

**Premissas atuariais utilizadas:**

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de descontos	10,36% ao ano (6,12% acima da Inflação Projetada).	9,50% ao ano (5,30% acima da Inflação Projetada).
Taxa de rendimentos esperada sobre o valor justo do ativo	Não aplicável por não existir Ativo Segregado.	Não aplicável por não existir Ativo Segregado.
Taxa de crescimento salarial	(i) No que se refere ao Piso Salarial da COMPESA: 5,04% ao ano (1% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Produtividade Geral); e  (ii) No que/se refere ao Salário Contratual Básico: 5,30% (1,25% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Mérito Pessoal).	(i) No que se refere ao Piso Salarial da COMPESA: 5,04% ao ano (1% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Produtividade Geral); e  (ii) No que/se refere ao Salário Contratual Básico: 5,31% (1,26% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Mérito Pessoal).
Taxa de Rendimentos do FGTS	1,9712% ao ano acima da Inflação Projetada, considerando que anualmente a variação da TR fique, em média, 3% abaixo da Inflação Projetada de 4,0% ao ano), considerando que o rendimento do FGTS de 3% mais TR esteja agregando, a partir de 2017, boa parte do rendimento líquido apurado com a aplicação desse Fundo (estimado esse acréscimo em 50% de 4% ao ano, ou seja, 2% ao ano)	1,9712% ao ano acima da Inflação Projetada, considerando que anualmente a variação da TR fique, em média, 3% abaixo da Inflação Projetada de 4,0% ao ano), considerando que o rendimento do FGTS de 3% mais TR esteja agregando, a partir de 2017, o correspondente a 50% do rendimento líquido apurado com a aplicação desse Fundo (estimado esse acréscimo em 50% de 4% ao ano, ou seja, 2% ao ano)
Inflação Projetada	4,0% ao ano.	4,0% ao ano.

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPEA (CONTINUAÇÃO)**

Rotatividade	2% ao ano até o empregado completar 45 anos de idade e 0% ao ano (Nula) a partir do momento em que o empregado completar 45 anos de idade.	2% ao ano até o empregado completar 45 anos de idade e 0% ao ano (Nula) a partir do momento em que o empregado completar 45 anos de idade.
Tábua Geral de Mortalidade	qx da AT 2000 (masculina).	qx da AT 2000 (masculina).
Tábua de Entrada em Invalidez	ix da tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas	ix da tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas
Composição de Família (Cobertura do Pecúlio por Morte)	Experiência dos empregados participantes do Plano Previdenciário de Benefício Definido patrocinado pela COMPEA com a COMPESAPREV	Experiência dos empregados participantes do Plano Previdenciário de Benefício Definido patrocinado pela COMPEA com a COMPESAPREV

Status de cobertura	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações do PIA no início do exercício	66.742	67.981
Status de cobertura: (superávit)	71.894	66.742

Passivo líquido da empresa patrocinadora no final do exercício	71.894	67.981
--	--------	--------

Custos esperados pós-emprego	31/12/2022	31/12/2021
Custo do serviço corrente	3.913	3.683
Custo dos juros	6.769	5.861
<b>Custo esperado estimado para o próximo ano</b>	<b>10.682</b>	<b>9.544</b>

Valor presente das obrigações	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações no início do período	66.742	67.981
Custos dos serviços correntes	3.682	3.847
Juros sobre o valor presente das obrigações	5.861	4.578
(Perdas)/ganhos atuariais	(1.437)	(9.036)
Benefícios pagos	(2.954)	(627)
Aposentados	-	-
<b>Valor presente das obrigações no final do período</b>	<b>71.894</b>	<b>66.742</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021, os passivos líquidos, nos valores respectivos de R\$ 71.894 e R\$ 66.742, do benefício pós-emprego PIA foram reconhecidos como sendo um benefício pós-emprego.

**Posição do benefício a empregados em dezembro de 2022 e dezembro de 2021:**

Benefícios a empregados	31/12/2022	31/12/2021
Valor justo do ativo do plano	(1.068.711)	(1.041.537)
Valor líquido das obrigações	965.877	957.182
Plano de Previdência COMPESAPREV	(102.834)	(84.345)
Valor do Ativo/passivo do plano	(102.834)	(84.345)
Saldo do Plano de Previdência COMPESAPREV	-	-
Valor presente das obrigações	215.158	190.339
Valor justo dos ativos	(17.690)	(20.175)
Plano de assistência COMPESASAÚDE	197.468	170.164
Valor presente das obrigações anterior	66.742	67.981
Custos dos serviços correntes	3.682	3.847
Juros sobre as obrigações	5.861	4.578
Perdas e ganhos atuariais	(1.437)	(9.036)
Benefícios pagos	(2.954)	(627)
Aposentados	-	-
Benefício Pós-emprego (PIA)	71.894	66.742
<b>Total</b>	<b>269.362</b>	<b>236.906</b>

**23. PARTES RELACIONADAS**
**Política contábil:**

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado de Pernambuco e alguns municípios, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Companhia considera como partes relacionadas o Estado de Pernambuco e seus órgãos, assim como as prefeituras municipais que detenham participação em seu quadro societário oriundas dos contratos de concessão, entre outros.

Adicionalmente, a Companhia também reconhece como parte relacionada a Parceria Pública Privada (PPP) celebrada com a empresa BRK Ambiental. A Compea manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

- Serviços de esgotamento sanitário da Região Metropolitana de Recife por meio da Parceria Pública Privada (PPP) com a empresa BRK Ambiental;
- Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário cobrado nas mesmas condições e tarifas normais de mercado para o setor público;
- Contratos de financiamentos celebrados entre o Governo do Estado de Pernambuco e a instituição financeira na qual a Companhia figura como interveniente responsável pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos;
- Remuneração dos administradores;

**Composição dos valores:**

**Parceria Público-Privada (PPP):** O saldo corresponde aos bens adquiridos ou em construção pela BRK Ambiental previsto no contrato de Parceria Pública Privada (PPP) em benefício da Compea. O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos à BRK Ambiental estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constante na proposta econômica, e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema (COS) incluído nos pagamentos referentes à contraprestação básica da operação do sistema (CBOS), durante o período da concessão previsto para 35 anos.

Balanco patrimonial - 31/12/2022	BRK Ambiental	
	Passivo circulante	Passivo não circulante
	(Nota 17)	(Nota 20)
<b>Parte relacionada</b>		
BRK Ambiental	33.602	1.962.778
BRK Ambiental - CBOS	-	(479.191)

Demonstração do Resultado - 31/12/2022			
BRK Ambiental			
Despesa	-	-	(337.818)
Receita com serviço de construção	(nota 25)	-	385.733
Custo com serviço de construção	(nota 26)	-	(385.733)

**Demais operações:** Refere-se aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o setor público que são cobrados nas mesmas condições e tarifas normais de mercado; aos contratos de financiamentos celebrados entre o Governo do Estado de Pernambuco e a instituição financeira na qual a Companhia figura como interveniente responsável pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos.

A seguir apresenta-se a composição dos valores relativos as demais operações vinculadas às partes relacionadas da Compea:

	Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Controlador</b>		
Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	9.759	12.116
	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>	-	-
Prefeituras e órgãos municipais	54.875	48.670

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante

Estado de Pernambuco e órgãos estaduais				
Contas a receber	10.155	-	12.768	-
Outros (Convênios)	5.384	-	5.384	-
Prefeituras e órgãos municipais				
Contas a receber	55.911	6.881	49.674	7.370
Outros (Convênios)	138.673	-	138.673	-

	Passivo não circulante		Passivo não circulante	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante

Estado de Pernambuco e órgãos estaduais				
Juros sobre capital próprio	-	145.004	50.192	94.813
Prefeituras e órgãos municipais				
Petrolina	1.057	512	1.057	512

**24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**a) Capital Social**

(em Milhares de R\$)	Período: 12/2022	
	Ações nominativas sem valor nominal	
	Ordinárias	
Acionistas	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco (*)	189.962.966	6.979.103
Sudene	-	-
Ad Dipper	-	-
Pref.Mun.de Olinda	-	-
Pref.Mun.de Gravatá	-	-
Codevasf	-	-
Outros (**)	-	-
<b>Total</b>	<b>189.962.966</b>	<b>6.979.103</b>

Acionistas	Preferenciais	
	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco (*)	6	-
Sudene	70.522	3.020
Ad Dipper	5.279	226
Pref.Mun.de Olinda	3.390	145
Pref.Mun.de Gravatá	949	41
Codevasf	737	32
Outros (**)	4.781	205
<b>Total</b>	<b>85.664</b>	<b>3.669</b>

Acionistas	Total	
	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco (*)	189.962.972	6.979.103
Sudene	70.522	3.020
Ad Dipper	5.279	226
Pref.Mun.de Olinda	3.390	145
Pref.Mun.de Gravatá	949	41
Codevasf	737	32
Outros (**)	4.781	205
<b>Total</b>	<b>190.048.630</b>	<b>6.982.772</b>

(em Milhares de R\$)	Período: 12/2021	
	Ações nominativas sem valor nominal	
	Ordinárias	
Acionistas	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco (*)	177.081.755	6.491.120
Sudene	-	-
Ad Dipper	-	-
Pref.Mun.de Olinda	-	-
Pref.Mun.de Gravatá	-	-
Codevasf	-	-
Outros (**)	-	-
<b>Total</b>	<b>177.081.755</b>	<b>6.491.120</b>

Acionistas	Preferenciais	
	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco (*)	6	-
Sudene	68.908	2.958
Ad Dipper	5.158	221
Pref.Mun.de Olinda	3.312	142
Pref.Mun.de Gravatá	927	40
Codevasf	720	31
Outros (**)	4.673	201
<b>Total</b>	<b>83.704</b>	<b>3.593</b>

Acionistas	Total	
	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco (*)	177.081.761	6.491.120
Sudene	68.908	2.958
Ad Dipper	5.158	221
Pref.Mun.de Olinda	3.312	142
Pref.Mun.de Gravatá	927	40
Codevasf	720	31
Outros (**)	4.673	201
<b>Total</b>	<b>177.165.459</b>	<b>6.494.713</b>

(\*) O Estado de Pernambuco, como acionista controlador, detém 100% das ações ordinárias e 99,95% do total de ações.

(\*\*) 88 acionistas

Em 31 de dezembro de 2021, o Capital Social da Companhia é composto por 177.165.549 ações, representando R\$ 6.494.713 de capital integralizado, sendo 177.081.755 ações ordinárias e 83.704 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Em maio 2022, houve integralização do Capital Social com recurso proveniente de reserva para dividendos adicionais propostos do exercício de 2021 no valor de R\$ 159.663, sendo 4.147.284 ações ordinárias e 1.960 preferenciais sem valor nominal, totalizando 4.149.244 ações.

Em junho 2022, houve integralização do Capital Social com recurso proveniente de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) do exercício de 2021 no valor de R\$ 328.396, sendo 8.733.927 ações ordinárias, sem valor nominal.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022 o Capital Social da Companhia é composto por 190.048.630 ações, representando R\$ 6.982.772 de capital integralizado, sendo 189.962.966 ações ordinárias e 85.664 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos à razão de 20% do lucro líquido apurado no exercício e, em caso de liquidação, no reembolso do capital, sem direito a prêmio, bem como participação sem restrições no aumento do capital decorrente da capitalização de reservas e lucros.

**b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**

Movimentação AFAC	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo inicial de adiantamento</b>	<b>328.396</b>	<b>724.691</b>
Quantidade de ações	8.926	19.698
<b>Adiantamento no período/exercício</b>	<b>445.930</b>	<b>328.396</b>
Quantidade de ações	12.121	8.926

<b>Incorporação ao capital social</b>	<b>328.396</b>	<b>724.691</b>
Quantidade de ações	8.926	19.698
<b>Saldo final de adiantamentos</b>	<b>445.930</b>	<b>328.396</b>
Quantidade de ações	12.121	8.926

Até 31/12/2022, foi recebido adiantamento do Estado de Pernambuco, mediante empenho, no valor de R\$ 445.930 (R\$ 328.396 em 2021) em consonância com a aprovação dos investimentos em água e esgoto autorizados pela lei de orçamentária anual. O saldo de Créditos para aumento de capital totalizou no período o montante de R\$ 445.930 (R\$ 328.396 em 2021).

**c) Reservas de Lucros**

No exercício de 2022, a Companhia constituiu reservas de lucro de acordo com a Lei das S/A (6.404/1976) e seu estatuto social, capítulo VII. A seguir apresentam-se os valores contabilizados:

Distribuição do Lucro	31/12/2022	
Lucro do Exercício		69.656
<b>Lucro a Distribuir</b>		<b>69.656</b>
Juros sobre Capital Próprio – JCP	(i)	(15.475)
Reserva Legal	5% (ii)	(3.483)
Reserva para Aumento Capital	10% (iii)	(6.965)
<b>Dividendo Adicional Proposto</b>		<b>43.733</b>
<b>Participação - Estado PE</b>	<b>99,95%</b>	<b>43.713</b>
<b>Participação – outros</b>	<b>0,05%</b>	<b>20</b>

i. Nota Técnica: Juros sobre Capital Próprio poderá ser atribuído como dividendo mínimo.

ii. Art. 43 do Estatuto: Reserva Legal = (Lucro a distribuir: 5%)

iii. Art. 43 do Estatuto: Reserva para Aumento de Capital = (Lucro a distribuir: 10%)

**d) Remuneração aos Acionistas**

A Companhia mantém no Passivo Não Circulante saldo de créditos a pagar ao seu acionista majoritário - Estado de Pernambuco. Tais créditos se referem a Juros sobre Capital Próprio - JCP de exercícios anteriores aprovados em atas de Assembleia Geral e Ordinária, que totalizaram 145.004 (R\$ 94.813 em 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, o JCP apurado totalizou R\$ 15.475 (R\$ 50.217 em 2021), sendo R\$ 15.467 (R\$ 50.192 em 2021) a ser pago ao Estado de Pernambuco e R\$ 8 (R\$ 25 em 2021) a ser pago aos acionistas minoritários. O crédito dos acionistas minoritários foi adicionado ao saldo inicial existente de R\$ 229 e totalizou R\$ 237 (R\$ 302 em 2021).

O saldo final de JCP apresentado no Passivo Circulante foi de R\$ 15.704 (R\$ 50.494 em 2021), conforme quadro a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Acionista Majoritário (PE)	15.467	145.004	50.192	94.813
Acionistas Minoritários	237	-	302	-
	<b>15.704</b>	<b>145.004</b>	<b>50.494</b>	<b>94.813</b>

**e) Contratos de concessão - Prefeituras - Pagamento baseado em ações**

Quando do início da vigência do contrato de concessão celebrado com as prefeituras de Olinda, Gravatá, Vitória Santo Antão, Bodocó, Carnaíba, Altinho,

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)**

Flores, Bonito, Salgueiro, Surubim, Itapetim, S. Maria Boa Vista, Bom Jardim, Tracunhaém, S. J. do Belmonte, Ibirajuba, R. das Almas, Itamaracá, Jataúba, Rio Formoso, Venturosa, Correntes, S. Lourenço Mata, Buenos Aires, Ipojuca, Cupira, Palmeirina, Igarassu, Chã Grande, Sairé, S. Cruz do Capibaribe, Belo Jardim, Carpina, Floresta, Belém de Maria, Barreiros, Pamamirim, S. J. da Coroa Grande, Exú, Brejinho, Vicência, Sítio dos Moreira, Granito, Sirinhaém, Ingazeira, Calumbi, Jurema, Pedra, Mirandiba, Limoeiro, Cachoeirinha, S. Bento do Una, Betânia, Cabo, Pombos, Maraiá, Lagoa do Ouro, Paulista, Sertânia, Lagoa dos Gatos, Caruaru, Terra Nova, Garanhuns, Agrestina, Timbaúba, Canhotinho, Ipubi, Tacaimbó, Barra de Guabiraba, Jupl, Camutanga, Vertentes, Bezerras, Pesqueira, Triunfo, Glória do Goitá, Condado, Ferreiros, Orocó, Iguaraci, Custódia, Verdejante, João Alfredo, Taquaritinga do Norte, Brejão, Afrânio e Capoeiras, a Companhia adquiriu o ativo imobilizado da concedente naquela data e deu em pagamento o montante correspondente em ações preferenciais da Compesa.

Após o final do prazo da concessão ou havendo a sua rescisão antecipada, a Compesa encontra-se obrigada a efetuar a recompra das ações representativas do seu capital social.

**25. RECEITAS OPERACIONAIS****Política contábil:**

**Receita de Serviços:** As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre elas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impuntualidade de clientes (multa). As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

**Receita de Construção:** A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

**Composição das receitas operacionais:**

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
<b>Receita de Venda</b>		
Serviços de abastecimento de água	1.656.310	1.537.301
Serviços de esgotamento sanitário	524.929	457.860
Serviços de construção (a)	974.029	632.719
	<u>3.155.268</u>	<u>2.627.880</u>
<b>Deduções da receita</b>		
COFINS e PIS	(78.255)	(72.261)
Cancelamentos	(17.192)	(16.413)
	<u>(95.447)</u>	<u>(88.674)</u>
<b>Total</b>	<b><u>3.059.820</u></b>	<b><u>2.539.206</u></b>

a) Em 31 de dezembro de 2022, a receita dos serviços de construção efetuada pela Compesa corresponde a R\$ 588.296 (R\$ 365.836 em 31/12/2021), enquanto a receita de construção decorrente da participação da PPP foi de R\$ 385.733 (R\$ 266.883 em 31/12/2021) totalizando 974.029 (R\$ 632.719 em 31/12/2021).

**26. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Pessoal	(309.115)	(268.057)
Energia elétrica	(337.555)	(302.347)
Serviços de terceiros	(542.278)	(447.487)
Materiais	(33.474)	(32.887)
Produtos químicos	(104.002)	(41.667)
Depreciação e Amortização	(84.509)	(74.620)
Despesas gerais	(39.937)	(17.650)
Custo de construção	(974.029)	(632.719)
<b>Total</b>	<b><u>(2.424.899)</u></b>	<b><u>(1.817.434)</u></b>

Em atendimento ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, a Companhia reconheceu a receita de construção e o seu correspondente custo de construção no resultado do exercício em 31/12/2022, considerando uma margem zero para tais contratos, uma vez que a Administração não espera obter resultados desta operação, por não considerar esta atividade como sua atividade fim.

**27. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS, TRIBUTOS E OUTRAS**

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

**a) Despesa Comercial:**

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Perdas por créditos não liquidados	(107.146)	(111.514)
Serviços de terceiros	(47.398)	(33.342)
Pessoal	(35.128)	(30.944)
Energia elétrica	(599)	(8.704)
Depreciação e amortização	(677)	(728)
Materiais	(192)	(567)
Despesas gerais	(94)	(38)
<b>Total</b>	<b><u>(191.234)</u></b>	<b><u>(185.837)</u></b>

**b) Despesa Administrativa:**

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Serviços de terceiros	(110.109)	(99.276)
Pessoal	(102.443)	(84.047)
Despesas gerais	(58.405)	(24.271)
Depreciação e Amortização	(8.300)	(3.796)
Materiais	(6.583)	(2.314)
Energia elétrica	(2.042)	(346)
<b>Total</b>	<b><u>(287.882)</u></b>	<b><u>(214.050)</u></b>

**c) Despesa Tributária:**

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
PIS/PASEP	(10)	(8)
COFINS	(46)	(36)
Alvará de Funcionamento	(750)	(52)
Taxas e Emolumentos	(1.540)	(808)
Taxa outorga captação d'água	(1.680)	(3.123)
Outras Taxas e Contribuições Federais	(135)	(448)
Outras Taxas e Contribuições Estaduais	(10.075)	(9.216)
Outras Taxas e Contribuições Municipais	(76)	(137)
<b>Total</b>	<b><u>(14.312)</u></b>	<b><u>(13.828)</u></b>

**d) Outras Receitas e Despesas:**

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Multa impuntualidade	1.517	1.963
Receitas de alugueis	980	1.032
Taxa de administração de recebíveis	190	184
Outras receitas e despesas operacionais	3.322	17.589
<b>Total</b>	<b><u>6.009</u></b>	<b><u>20.768</u></b>

**28. RESULTADO FINANCEIRO**

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
<b>Receitas</b>		
Receita financeira de clientes (a)	41.146	37.516
Rendimentos de aplicações financeiras (b)	23.681	6.092
Outras receitas financeiras	1.390	1.971
Ajuste a valor presente	1.707	371
	<u>67.924</u>	<u>45.950</u>
<b>Despesas</b>		
Descontos concedidos	(40.508)	(64.147)
Encargos e atualização monetária de empréstimos, financiamento e confissões de dívida	(61.795)	(20.094)
Perda atuarial	(24.750)	(15.173)
	<u>(127.053)</u>	<u>(99.414)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b><u>(59.129)</u></b>	<b><u>(53.464)</u></b>

(a) O valor é composto por juros de clientes, no valor de R\$ 4.695 (R\$ 4.365 em 31/12/2021), e multa por impuntualidade no pagamento das faturas, no valor de R\$ 36.451 (R\$ 33.151 em 31/12/2021) totalizando R\$ 41.146 (R\$ 37.516 em 31/12/2021);

(b) O saldo corresponde, principalmente, a rendimentos auferidos nas aplicações financeiras provenientes de recursos aportados pelo governo do Estado de Pernambuco, no exercício de 2022, para investimentos ainda não realizados, bem como aplicação de valores referente a repasses de Convênios, como, por exemplo, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CO-DEVASF com base no convênio no 0.011.00/2011.

**29. SEGUROS**

A Companhia adota política de não contratação de seguros para seus bens. No entanto, em seus termos de contrato junto a fornecedores de obras, a Compesa prevê que estes devem realizar um seguro contra risco de acidentes de trabalho de seus empregados e de terceiros. Ocorrendo a hipótese de sinistro não coberto pelo seguro contratado, a contratada responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à Companhia ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, correndo às suas expensas, exclusivamente, as indenizações resultantes.

Adicionalmente, a Compesa possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas e cíveis.

**30. RISCOS E QUESTÕES AMBIENTAIS**

A Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais que possam colocar em risco suas atividades e seu negócio. Isso é feito por meio de procedimentos de manutenção regulares e permanentes em seus sistemas de água e de esgotos. Além disso, com as ações de saneamento, é dada grande contribuição à proteção do meio ambiente e à melhoria das condições de saúde pública.

O gasto com manutenção regular de seus ativos operacionais é reconhecido o resultado, bem como as despesas com questões ambientais, quando incorridas. A Administração da Companhia, com base em uma análise histórica, acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas com questões ambientais é necessária atualmente, inclusive em face da legislação ambiental em vigor no Brasil.

A Política Ambiental não foi objeto de auditoria pelos nossos auditores independentes.

**31. IMPACTOS DO CORONAVÍRUS (COVID-19)**

Desde o início da pandemia da Covid-19, em março de 2020, uma série de medidas têm sido adotadas para reduzir o avanço descontrolado do contágio da doença e evitar o colapso no sistema de saúde em todo o país. A experiência mundial mostrou que as ferramentas mais eficientes são o isolamento social (que causou impactos significativos na economia, decorrentes da interrupção nas cadeias produtivas e de suprimentos), o uso de máscaras, a higienização das mãos e, principalmente, a vacinação em massa.

O avanço da imunização alcançado durante o ano de 2022 levou à redução dos indicadores de mortes, casos e internações em decorrência do vírus, permitindo a flexibilização do isolamento social e a liberação gradual das atividades econômicas.

A Compesa tem implantado ações que objetivam viabilizar a continuidade e qualidade de suas operações, além de preservar a integridade e saúde dos seus colaboradores, em razão de estar inserida no setor de Saneamento Básico, cujos serviços são considerados essenciais para a manutenção da qualidade de vida das pessoas e para o enfrentamento do vírus.

Além disso, a Companhia tem atuado com o objetivo de mitigar os impactos econômicos da pandemia aos seus clientes, afirmando o compromisso em contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população atendida nos municípios em que atua.

A Compesa entende não haver riscos na continuidade de sua operação, contudo, apresenta a seguir a análise de mensuração dos impactos econômico-financeiros decorrentes do novo Corona vírus:

Receitas, custos, contas a receber e fluxos de caixa: As receitas do setor de saneamento foram menos impactadas pelos efeitos da pandemia em comparação aos demais setores, por se tratar de serviços essenciais à população. No entanto, o fluxo de caixa operacional sofreu alterações em virtude do aumento da inadimplência, prorrogação temporária do vencimento das contas de água e esgoto e adiamento de reajustes tarifários. Neste sentido, a Companhia suspendeu o faturamento de contas de água e esgoto, para os clientes cadastrados na subcategoria "Residencial - Tarifa Social", aproximadamente 117 mil famílias, pelo período de 90 dias. Além disso, foi adiada para janeiro/2021 a implantação do reajuste tarifário do período entre julho/2019 e junho/2020, cuja aplicação deveria ter ocorrido em agosto/2020. Ademais, a Companhia suspendeu, em 27 de julho de 2021, o reajuste tarifário do

período de julho/2020 a junho/2021 para a subcategoria "Residencial - Tarifa Social", que produziria efeitos a partir de agosto/2021.

Após o início do período de quarentena, em março de 2020, a Companhia vem analisando diariamente a arrecadação e a inadimplência, considerando a melhor estimativa de provisão para perdas esperadas de contas a receber.

Adicionalmente, a Companhia permanece com ações que afetam seus profissionais e clientes, a exemplo de:

- Isolamento domiciliar para empregados com suspeita de infecção ou que tenham tido contato com pessoa sintomática ou infectada;
- Regime de trabalho remoto para os empregados portadores de doenças crônicas, respiratórias, imunocomprometidos, em tratamento de câncer e para gestantes e lactantes;
- Reuniões internas e participação em eventos externos (como congressos, seminários, entre outros) devem ser feitas priorizando ferramentas virtuais disponíveis, como videochamada;
- Retorno do trabalho presencial para os empregados que cumpriram o calendário vacinal;
- Antecipação de cronograma de entrega de materiais de tratamento objetivando estoque de segurança, em precaução à eventual diminuição da oferta;
- O atendimento nas centrais de relacionamento com o cliente segue os critérios e definições de restrição determinadas pelas autoridades locais dos municípios onde a Compesa atua; e
- A Companhia lançou em 26 de outubro de 2021, a segunda edição do programa Quita Fácil Compesa. Nessa campanha, os clientes tiveram até 31 de dezembro de 2021 para firmar acordos de pagamentos das contas em atraso com condições especiais, entre elas, descontos de até 90% e parcelamento no cartão de crédito em até 24 vezes.

A Companhia continuará avaliando diariamente os impactos que a Covid-19 poderá causar aos seus negócios.

**32. EVENTOS SUBSEQUENTES****Mudança de organograma**

Com a posse do novo presidente da Compesa Sr. Romildo Bezerra Porto em 24 de janeiro de 2023, foi nomeada a nova diretoria e instituído o novo organograma da Companhia. O novo instrumento de gestão organizacional entrará em vigor a partir de fevereiro de 2023, conforme divulgação interna.

**Operações de crédito**

No primeiro trimestre de 2023, a Companhia iniciou o processo para uma nova captação de operação de crédito para capital de giro no valor de R\$ 190 milhões e encontra-se em trâmite de finalização de contrato até o final do mês de março de 2023.

**Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária**

Nos anos 1990 algumas empresas obtiveram decisões favoráveis do Poder Judiciário para o não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), embasadas pelo argumento de que, por ser calculada sobre a mesma base de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") haveria uma possível bitributação e, portanto, sua cobrança seria inconstitucional.

No julgamento de Ação Direta Inconstitucional ("ADI") 15, ocorrida no ano de 2007, o STF afirmou a constitucionalidade da contribuição e, consequentemente, a obrigatoriedade de seu recolhimento.

Desde então era aguardado o julgamento dos Recursos Extraordinários ("RE") 949.297 e 955.227, em sede de repercussão geral, em que o STF apreciaria o limite da coisa julgada em matéria tributária, o que ocorreu no último dia 8 de fevereiro de 2023. Como resultado, o STF determinou que uma decisão definitiva (transitada em julgado, sem possibilidade de recurso), quando atribuída sobre tributos recolhidos de forma continuada, ou seja, aqueles que se repetem periodicamente, perde seus efeitos no momento em que a Corte se pronunciar em sentido contrário.

Como a matéria tem por base os efeitos da ADI de 2007, o STF entende que não há o que se falar em efeitos de modulação a partir de 2023, retroagindo os seus efeitos da decisão do STF até 2007.

Com base na referida decisão, mesmo após a decisão final de um processo específico para afastar a incidência de determinado tributo, em havendo decisão do STF posterior, fixada em repercussão geral ou em controle concentrado de constitucionalidade, em sentido contrário, ou seja, pela legitimidade da exigência do tributo, o contribuinte será obrigado a fazer o seu recolhimento a partir da data do julgamento do STF, sendo que as coisas julgadas suscetíveis de serem alcançadas por essa nova decisão do STF são aquelas de trato continuado em matéria tributária, ou seja, aqueles tributos que se repetem continuamente, por exemplo que se calculam e recolhem em bases mensais, trimestrais ou anuais.

Assim, os pressupostos para que a coisa julgada individualmente formada deixe de produzir seus efeitos passam a ser:

A entidade tenha uma sentença transitada em julgado afastando a exigência de um tributo; e

O STF defina, em repercussão geral ou em controle concentrado, a constitucionalidade da exigência afastada pela decisão individual obtida pela empresa em momento posterior ao do julgado individual, não sendo qualquer decisão do STF que cessará a coisa julgada, mas apenas as proferidas sob o rito de repercussão geral ou de controle concentrado.

Como resultado acima, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avaliou seu histórico de processos tributários, não se limitando à matéria tratada na ADI 15, mas em busca de outras que possam ser afetadas pela decisão do STF do dia 08 de fevereiro de 2023. A Companhia entende que a Ação Declaratória de imunidade tributária recíproca (impostos federais) e os referidos julgamentos que tratam da imunidade e verbas indenizatórias se coadunam com o entendimento atual do Supremo Tribunal sobre as matérias.

Na eventual hipótese de, no futuro, haver alteração desse entendimento, há uma hipótese remota, nos moldes do decidido pelo STF em relação aos efeitos da coisa julgada em matéria tributária, a decisão surtirá efeitos a partir do julgamento e mudança do entendimento, não podendo retroagir para interferir no momento atual e no passado.

Portanto, a Compesa não está exposta a nenhum efeito da decisão do STF do dia 08 de fevereiro de 2023. Como resultado desta avaliação, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, não identificou ações sujeitas aos impactos da decisão do STF conforme acima e, portanto, concluiu não haver impactos significativos em suas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022.

A Imunidade Tributária da Companhia não contempla a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Essa despesa compreende os tributos correntes e diferidos, ambos reconhecidos no resultado.

**Convênio junto a SRH**

A partir de fevereiro de 2023, a Companhia por meio de convênio com a Secretaria de Recursos Hídricos, disponibilizou salas físicas do edifício sede Centro Administrativo para a equipe do secretário de Estado e secretários executivos. O instrumento contratual está em tratativa de formalização e estabelece o objeto dos serviços, direitos e deveres entre os entes conveniados.

**Reajuste tarifário**

Em 11 de julho de 2022 o Estado de Pernambuco suspendeu o processo de reajuste tarifário solicitado pela COMPESA por meio do ofício nº 85/2022 protocolado em 29 de junho de 2022 junto a ARPE. Porém no dia 28 de março de 2023 foi publicado no diário oficial do Estado de Pernambuco o aumento de 11,21% na tarifa de água e esgoto, referente a perdas inflacionárias do período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022, o qual entrará em vigor a partir de 28 de abril de 2023.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, em reunião ordinária realizada em 27 de março de 2023, presidida pela Conselheira Helida Campos Pereira Lima, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame dos seguintes itens da pauta: **1) Aprovar as Demonstrações Contábeis referente do exercício social de 2022;** por seus membros abaixo assinados, em cumprimento ao inciso VII do art. 22 e demais atribuições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, e à vista do parecer dos Auditores Independentes, do relatório da administração, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras que foram avaliadas e chanceladas pela BDO – Auditor Independente, sem nenhuma ressalva, examinadas à luz da legislação societária vigente, opinaram, por unanimidade, que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e reco-

mendaram a apreciação dos documentos e encaminhamento para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **2) Aprovar a apropriação dos Juros Sobre Capital Próprio – JCP; Deliberação sobre a destinação de Juros Sobre Capital Próprio – JCP,** no valor de R\$ 15.474.697,62 (quinze milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos) em cumprimento ao inciso III, do art. 163 da Lei 6.404/76, manifestou-se a favor da destinação aos acionistas, com base no art. 9º da Lei 9.249/95 c/c inciso V, do art. 187 da Lei 6.404/76, igualmente, submetendo à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária. Também se manifestou favoravelmente em relação à integralização dos dividendos acumulados em R\$ 43.732.687,22 (quarenta e três milhões, setecentos e trinta e dois mil, seiscentos e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos) ao Capital

Social da Compesa, submetendo o assunto, com parecer favorável, à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Recife, 27 de março de 2023.

**Hélida Campos Pereira Lima** - Presidente  
**Manoel Eduardo de Araújo Guedes** - Membro Efetivo  
**Caio Eduardo Silva Mulatino** - Membro Efetivo  
**Ennio Lins Benning** - Membro Efetivo  
**José Costa de Moraes Júnior** - Membro Efetivo

## PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, em reunião ordinária realizada em 27 de março de 2023, presidida pela Coordenadora Sra. Daniele Henriques Simplício, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame dos seguintes itens da pauta: I) Examinar e opinar sobre as Demonstrações Contábeis referente do exercício social de 2022; e por seus membros abaixo assinados, em cumprimento ao inciso VII do art. 22 e demais atribuições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, e à vista do parecer dos Auditores Independentes, do relatório da administração, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras que foram avaliadas e chanceladas pela BDO – Auditor Independente, sem nenhuma ressalva, examinadas à luz da legislação societária vigente, opinaram, por unanimidade, que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendaram a apreciação dos documentos e

seu encaminhamento para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. II) Examinar e opinar sobre a apropriação dos Juros Sobre Capital Próprio – JCP, no valor de R\$ 15.474.697,62 (quinze milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos) em cumprimento ao inciso III, do art. 163 da Lei 6.404/76, manifestou-se a favor da destinação aos acionistas, com base no art. 9º da Lei 9.249/95 c/c inciso V, do art. 187 da Lei 6.404/76, igualmente, submetendo à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária, com relação ao pagamento, opinaram que se dê em respeito e forma previstos no orçamento para 2023, sem prejuízo de ajustar valores e formas de pagamento no decorrer do exercício de 2023. Também se manifestou favoravelmente em relação à integralização dos dividendos acumulados em R\$ 43.732.687,22 (quarenta e três milhões, setecentos e trinta e dois mil, seiscentos e oitenta e sete reais e

vinte e dois centavos) ao Capital Social da Compesa, submetendo o assunto, com parecer favorável, à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Recife, 27 de março de 2023.

**DANIELE HENRIQUES SIMPLÍCIO**  
 Coordenadora do Comitê de Auditoria Estatutário

**José da Cruz Lima Júnior** - Membro Efetivo  
**Luís Felipe de Sousa Rebêlo** - Membro Efetivo

### DIRETORIA

Diretoria da Presidência	<b>ROMILDO BEZERRA PORTO</b>
Diretoria de Gestão Corporativa	<b>LUIS ROBERTO WANDERLEY DE SIQUEIRA</b>
Diretoria de Mercado e Parcerias	<b>RICARDO BARRETTO VASCONCELOS</b>
Diretoria de Eficiência e Atenção ao Cliente	<b>FLÁVIO COUTINHO CAVALCANTE</b>
Diretoria de Empreendimentos e Sustentabilidade	<b>GUILHERME DUARTE FREIRE</b>
Diretoria Regional Metropolitana	<b>NYADJA MENEZES RODRIGUES RAMOS</b>
Diretoria Regional Agreste e Matas	<b>DANIEL GENUÍNO BEZERRA</b>
Diretoria Regional Sertão	<b>IGOR DE OLIVEIRA GALINDO</b>

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	<b>JOÃO BOSCO DE ALMEIDA</b>
Vice-Presidente	<b>MANUELA COUTINHO DOMINGUES MARINHO</b>
Membros Efetivos	<b>JOSÉ ÁUREO RODRIGUES BRADLEY</b>
	<b>JOSÉ EDSON GALDINO</b>
	<b>ROBERTO FRANCA FILHO</b>
	<b>ELAINE MOURA OTAVIANO DE SOUZA</b>
	<b>MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA LAFAIETE</b>
	<b>SÉRGIO LUIS DE CARVALHO XAVIER</b>
	<b>TÂNIA BACELAR DE ARAÚJO</b>
	<b>CARLOS EDUARDO FIGUEIREDO</b>

### CONSELHO FISCAL

Presidente	<b>HÉLIDA CAMPOS PEREIRA LIMA</b>
Membros Efetivos	<b>MANOEL EDUARDO DE ARAÚJO GUEDES</b>
	<b>ENNIO LINS BENNING</b>
	<b>CAIO EDUARDO SILVA MULATINHO</b>
	<b>JOSÉ COSTA DE MORAIS JÚNIOR</b>

### COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Coordenadora	<b>DANIELE HENRIQUES SIMPLÍCIO</b>
Membros Efetivos	<b>LUÍS FELIPE DE SOUSA REBÊLO</b>
	<b>JOSÉ DA CRUZ LIMA JÚNIOR</b>

### RESPONSÁVEL TÉCNICO

Contador	<b>CAROLINA ARAUJO ESTEVAM GRIJP CRC-PE 022.279/O-8</b>
----------	---



GOVERNO DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO